STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHERES E FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

João Pessoa

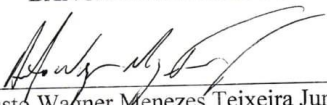
2018

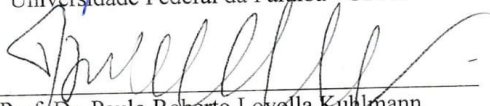
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHERES E FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.
Professor orientador: Dr. Augusto W. Menezes Teixeira Júnior

João Pessoa
2018

STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHERES E FORÇAS ARMADAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais

Aprovado (a) em 05 / 11 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. O estudo desse fenômeno se torna relevante no campo da política, uma vez que seguindo padrões estabelecidos socialmente as mulheres acabam sendo excluídas de importantes questões da vida pública e, sendo as Forças Armadas baseada no androcentrismo, que tende a priorizar os atributos masculinos em detrimento dos femininos, as mulheres que optam por seguir essa carreira acabam enfrentando desafios que as limitam dentro do interior da caserna. Essas visões são compactuadas, por exemplo, na academia de Relações Internacionais, uma vez que áreas como a da Segurança Internacional e da Defesa tendem a ser excludentes às mulheres, visto que são áreas consideradas masculinas. Sendo assim, o trabalho se mostra relevante, uma vez que busca retratar a forma como as mulheres participam e atuam em meios tradicionalmente excludentes a sua presença, mostrando assim, que estereótipos ainda guiam os principais debates e funções no cenário social. Diante disso, a pergunta problema que o trabalho busca responder é de que forma se dá a participação feminina nas Forças Armadas brasileiras. A metodologia usada foi o estudo de caso e, por meio de um estudo qualitativo, o trabalho foi resultado de uma revisão bibliográfica, no qual foram selecionados textos e autores relevantes sobre o assunto, bem como documentos oficiais do Brasil. Os resultados obtidos partem do pressuposto de que a participação feminina em ambientes tidos como masculinos enfrenta obstáculos e acabam esbarrando em mitos e discursos socialmente construídos.

Palavras-chave: Brasil; Forças Armadas; Gênero; Mulher; Estereótipos.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the participation of women in the Brazilian Armed Forces. The study of this phenomenon becomes relevant in the field of politics, since following socially established patterns, women are excluded from important public life issues and, since the Armed Forces is based on androcentrism, it tends to prioritize masculine attributes to the detriment of women, women who choose to pursue this career end up facing challenges that limit them inside the barracks. These visions are shared, for example, in the academy of International Relations, since areas such as International Security and Defense tend to be exclusive to women, since they are areas considered masculine. Thus, the work is relevant, since it seeks to portray the way women participate and act in means traditionally excluding their presence, thus showing that stereotypes still guide the main debates and functions in the social scene. In view of this, the problem question that the work seeks to answer how does the way women's participation in the Brazilian Armed Forces. The methodology used was the case study and, through a qualitative study, the work was the result of a bibliographical review, in which texts and relevant authors of the subject were selected, as well as official documents from Brazil. The results obtained assume that the female participation in environments considered as masculine faces obstacles and end up bumping into socially constructed myths and discourses.

Keywords: Brazil; Armed Forces; Genre; Women; Stereotypes.

SUMÁRIO

A todas aquelas que tiveram coragem. Que deram o primeiro passo para atingir seus objetivos. Que não desistiram e que lutaram. Mas também aquelas que foram vencidas pelos obstáculos, porque de fracassos são feitas as vitórias e é por elas que todas as outras lutam.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra e o sentimento que mais define essa etapa final da graduação. Gratidão por ter conseguido chegar até o fim e por não ter desistido diante das adversidades. Gratidão às pessoas que foram parte fundamental ao longo do processo, que me acompanharam e me ajudaram durante essa etapa e que me motivaram a continuar a todo momento.

Primeiramente, aos meus pais e avós por serem a minha base. Por terem me apoiado e acreditado nos meus objetivos, sempre me motivando a continuar e a lutar pelo que acredito. Às minhas irmãs por terem sido meu suporte, meu ombro amigo, minha fonte de inspiração e de encorajamento. Elas que me aguentaram e me aconselharam mais do que ninguém. A Fred, a Rafaela, a Flayanne e a Israel que me deram apoio e incentivo e que, para mim, são exemplos de força, dedicação e persistência.

A todos os professores do DRI que são fonte de inspiração, que transmitiram o conhecimento da forma mais clara possível e sempre estavam prontos para ajudar. Em especial à professora Mariana, exemplo de pessoa e docente, idealizadora do Círculo Petrashevski, a qual nos mostrou que mesmo diante de tantas leituras acadêmicas era possível se dedicar às coisas que mais gostávamos e nos apresentou um mundo de autores e livros desconhecidos. E ao professor Augusto que me orientou durante a graduação, me mostrou soluções e oportunidades ao longo do caminho e me inspirou a seguir o desconhecido e a romper barreiras.

E por fim, mas não menos importante, aos meus amigos. Os quais me mostram o significado de amizade, aqueles que estavam junto a mim em todos os momentos, no enfrentamento das dificuldades e nas situações de felicidade. Àqueles que da universidade se tornam amigos para a vida: Eduarda, Igor, Larissa e Rayanne, muito obrigada por tudo! Vocês são incríveis.

INTRODUÇÃO

“As teorias, antes que verdades absolutas, são apenas diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento e referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico” (NARVAZ, KOLLER, 2006, p. 648). De acordo com a presente perspectiva, as teorias são construídas de forma a legitimar visões de determinados grupos e indivíduos em relação a um objeto. Nas Relações Internacionais (RI), por exemplo, as teorias positivistas se constituem como padrões clássicos de análise, uma vez que sua maneira de organizar e construir o conhecimento do mundo acaba se tornando as dominantes na área. Contudo, novas teorias foram surgindo e passaram a desafiar a hegemonia do pensamento positivista, sendo uma delas a teoria feminista.

A teoria feminista faz parte das chamadas teorias pós-positivistas que buscam criticar as visões dominantes das teorias clássicas, uma vez que essas excluem das suas análises o fator social dos fenômenos internacionais. Fazendo parte do quarto debate das RI, a teoria feminista busca englobar nos discursos das Relações Internacionais a visão de gênero, esse se constituindo como uma categoria de análise (MONTE, 2013).

O encontro das Relações Internacionais com os Estudos de Gênero foi percebido no final do século XX, quando os movimentos feministas ultrapassaram a esfera da militância e se inseriram no campo da política e das academias.

Os reflexos da transformação do movimento feminista original (branco e burguês) foi visto no movimento feminista contemporâneo. Esse feminismo se constitui como sendo um movimento multifacetado com diferentes frentes de luta e atuação, mas que apresentava o mesmo princípio básico, que seria a atuação contra as formas de opressão e a dominação masculina e hegemônica presente nas sociedades (CASTELLS, 1999; NARVAZ, KOLLER, 2006).

Considerado como sendo um movimento político da luta das mulheres, o feminismo buscava denunciar as práticas e as experiências masculinas, essas tidas como simbólicas e dominantes, em detrimento das posições ocupadas pelas mulheres nas sociedades, uma vez que eram negligenciadas e desvalorizadas. Sendo assim, este movimento acabou atuando em ondas, nos quais era possível perceber as particularidades das lutas políticas, estas condizentes ao período

histórico, ao contexto político e social no qual as mulheres estavam inseridas (NARVAZ, KOLLER, 2006; BOURDIEU, 2010).

A primeira onda do feminismo (ou a primeira geração) representou o surgimento do movimento e marcou o início das lutas femininas por direitos iguais para com os homens, esses inseridos no campo dos direitos civis, políticos e educativos. Essa geração teve como destaque o movimento sufragista, no qual as mulheres denunciavam a opressão sofrida nas sociedades patriarcais, bem como lutavam pela garantia dos direitos, sendo um deles o direito ao voto (NARVAZ, KOLLER, 2006).

A segunda geração (ou segunda onda) ressurgiu nos Estados Unidos e na Europa ao longo dos anos 1960 e 1970 e foi considerado como sendo "o feminismo da igualdade", uma vez que as mulheres buscavam uma igualdade perante os homens, essa na forma de tratamento e de oportunidades (NARVAZ, KOLLER, 2006).

A terceira onda (ou terceira geração), por sua vez, tem como foco de análise o estudo das relações de gênero, tendo como base a análise nas diferenças e na diversidade como forma da produção de discursos sobre a subjetividade. É nessa onda que o movimento feminista parte para a esfera da política e para a academia e é no qual o discurso de gênero passa a ser inserido nos estudos das Relações Internacionais (NARVAZ, KOLLER, 2006).

Utilizar o gênero como categoria de análise do cenário internacional fez com que ocorresse uma inspeção das instituições e das normas internacionais, a fim de se entender as assimetrias existentes, essas legitimadoras das diferenças entre os homens e as mulheres. O gênero pode ser visto pela ótica do poder, uma vez que socialmente são construídos símbolos que legitimam as diferenças na forma de tratamento, diferenças essas que podem ser vistas na separação de profissões ou áreas tidas como masculinas e femininas. Ocorre uma construção política dos gêneros que valoriza o papel e a presença masculina nos assuntos relacionados a política, a tomada de decisão e a esfera da segurança internacional, enquanto que a mulher, na maioria das vezes, é excluída dessa esfera pública de atuação, uma vez que se usa de estereótipos para validar tal posicionamento. Tem-se assim, que as Relações Internacionais acabam sendo marcadas pelo gênero (MONTE, 2013).

"As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade" (MONTE, 2013, p. 70). Ou seja, as posições e ocupações são hierarquizadas, essas constituindo aos homens o nível de maior poder e prestígio. As atitudes tidas

como masculinas e viris são vistas, na maioria das vezes, no comportamento dos Estados defendidos pelas teorias clássicas das RI, ou seja, posicionamentos que defendem o uso da força para atingir seus objetivos, bem como a ideia do equilíbrio de poder e da anarquia (MONTE, 2013).

É diante tal cenário que "as feministas liberais privilegiam as noções de igualdade e tendem a se concentrar em questões de representação das mulheres na esfera pública" (WHITWORTH, 2008 p. 105), uma vez que nos centros de tomada de decisão, principalmente na área de segurança internacional, as mulheres possuíam lugares limitados, trazendo assim a necessidade de se debater sobre o tema e de buscar uma quebra das barreiras que eram impostas a elas.

Segundo Hudson et al (2017) a visão que se tem da guerra, da paz e da segurança internacional é associada a imagem do militar homem, uma vez que esses assuntos dizem respeito a figura do sexo masculino. Sendo assim, percebe-se que dentre os estudos das Relações Internacionais a área da Segurança Internacional e os estudos de Defesa são os que mais perpetuam a visão da divisão sexual das áreas, uma vez que as mesmas são tidas como masculinas.

É nesse contexto que se percebe a necessidade de estudar a presença feminina nessa área, em específico no viés da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Uma onda de transformação foi vista nas Forças Armadas dos países ocidentais ao longo dos anos 1970, sendo uma delas a evolução da participação feminina. A adoção de novos modelos de inserção feminina no mercado de trabalho, bem como na esfera política e social dos países proporcionou mudanças na forma de se enxergar a mulher. Mudanças na conjuntura política internacional e nacional também influenciaram de forma positiva na maior inserção feminina às Forças Armadas, uma vez que, em alguns países, o cenário de guerra e de pressão democrática foram importantes para tal fenômeno (ROCHA, 2017).

Diante tal cenário, de mudanças na esfera política, cultural e social, que as organizações internacionais também foram impactadas. A Organização das Nações Unidas (ONU), buscou tratar do tema "gênero" na sua agenda, uma vez que instituiu o ano de 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher. Outras atitudes foram vistas ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, sendo elas a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher que ocorreu em Pequim em 1995, bem como as Resolução 1325 (2000), 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e a 2122 (2013) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que buscava tratar do tema mulher, paz e segurança. Sendo assim, percebe-se a necessidade de estudar sobre o tema, uma vez que a mulher passa, aos poucos, de agente passiva para ativa, uma

vez que ela sai apenas do papel de vítima para ator relevante no cenário da segurança internacional (CARREIRAS, 2014).

No Brasil, assim como se via em boa parte dos países ocidentais, as mulheres também passaram a ser inseridas no meio militar. Todavia, o processo que se deu no Brasil apresentou particularidades, uma vez que foi por fatores domésticos que ocorreu a principal motivação para tal feito. O processo de incorporação regulamentada das mulheres nas Forças Armadas brasileiras se deu a partir dos anos 1980, sendo a Marinha a primeira das Forças a permitir tal acesso (ALMEIDA, 2008).

Porém, mesmo após a sua entrada regulamentada, a atuação feminina ficou restrita aos cargos administrativos, auxiliares e de saúde, sendo a sua incorporação para servir nas armas de comando e combate restritas até o final do século XX, quando, em 1996, a Academia da Força Aérea permitiu o acesso de mulheres no Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica (CFOINT) e em 2003 no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). Todavia, na Marinha e no Exército, a presença das mulheres nas Academias Militares só foi vista a partir de 2014 e 2018, respectivamente (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Diante de tal cenário, percebe-se que as mulheres que optam por seguir a carreira militar acabam enfrentando desafios que limitam a sua atuação e participação nas Forças, gerando assim, debates internos sobre a presença feminina e a capacidade das mesmas na execução de atividades e a ocupação em cargos de comando e combate.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo responder à pergunta problema de como se dá a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Para isso, o objetivo geral será o de analisar a participação feminina nas Forças Armadas, observando quais os desafios que circundam as mulheres que optam por seguir a carreira militar, tendo como fim o estudo de caso das mulheres militares brasileiras.

Os objetivos específicos que guiarão o trabalho se subdividem em analisar as variáveis que influenciam o grau e a natureza da participação das mulheres nas Forças Armadas, ou seja, as condições que fazem aumentar ou diminuir a participação delas no meio militar. Um segundo objetivo será o de analisar como se deu o processo de inserção e a forma que as mulheres participaram em um primeiro momento nas Forças Armadas brasileiras, e por último, analisar os limitantes da participação delas ao meio castrense.

As hipóteses construídas, tendo como fim sugerir explicações e possíveis respostas para a pergunta problema (GIL, 1989), assentam na explicação de que a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras encontram suas maiores limitações quando se analisa as posições de comando e combate, uma vez que justificativas de ordem biológica, física e cultural são as mais apresentadas por aqueles que se mostram contrários a uma maior participação feminina no meio militar. Ou seja, a análise da mulher militar apenas como "mulher" e não como "militar" representa um limitante para uma maior participação delas, pois amparadas nas visões estereotipadas, que seguem padrões socialmente construídos, as mulheres são vistas como não pertencentes ao meio militar. Todavia, esse posicionamento muda quando se analisa a participação das mulheres em quadros complementares e de apoio, sejam temporários ou permanentes, visto que a condição "natural" da mulher segue esses padrões. Ou seja, a ocupação das mulheres em funções técnicas, administrativas e da área da saúde seriam aquelas que mais se adequam ao perfil feminino, sendo a sua participação nesses quadros mais aceita pela instituição militar.

A pesquisa aqui proposta tem como base para a sua realização uma revisão bibliográfica de textos e autores pertinentes ao assunto, tendo como instrumento metodológico a revisão da literatura teórica e empírica. Tendo como base o estudo do caso brasileiro, o trabalho também será guiado por documentos oficiais disponibilizados pelo Governo Brasileiro, como o Livro Branco da Defesa, por exemplo, bem como informações contidas nos sites oficiais de cada uma das três Forças (Marinha, Exército e Força Aérea).

O método adotado neste trabalho é o qualitativo, tendo como metodologia o estudo de caso, uma vez que esses modelos conseguem "compreender de forma mais abrangente os fenômenos" (HENRIQUES, LEITE, TEIXEIRA JÚNIOR, 2015, p. 13) analisados. Sendo assim, a linha de pesquisa do trabalho seguirá a linha de análise da participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras. Tendo em vista tal fim, será necessária uma análise das mulheres em cada uma das Forças, bem como os desafios que circundam a sua presença.

Com isso, o trabalho seguirá a seguinte estrutura. No capítulo um será analisado as variáveis que influenciam o grau e a natureza da participação feminina nas Forças Armadas, mostrando assim, quais condições fazem aumentar ou diminuir a participação delas no meio. O segundo capítulo seguirá com uma análise do processo de inserção feminino nas Forças Armadas brasileiras, tendo como fim analisar o contexto de inserção, o papel da mulher na sociedade e de que forma a mulher está presente e participa em cada uma das três Forças. Por fim, serão analisados os desafios

enfrentados pela mulher militar, explicitando os discursos e os mitos que circundam as mulheres, sendo esses um dos maiores limitantes da participação delas nas Forças Armadas.

1. FORÇAS ARMADAS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Baseada na estrutura androcêntrica, as Forças Armadas seguiram um perfil que oferecia falhas ao ceder igualdade de oportunidades e desenvolvimento da capacitação militar, fazendo, assim, com que sua estrutura fosse limitada à atuação do homem e excludente à presença feminina. Considerada tradicionalmente como sendo uma instituição masculina, na qual o direito de combater e de conduzir a guerra sempre foi caracterizado pelo perfil do homem, as Forças Armadas passaram por um processo de modernização e racionalização, o qual tornou possível um maior envolvimento das mulheres em funções militares (CARREIRAS, 1995; SCHWETHER, 2016).

Segundo Chambouleyron e Resende (2006, p.12), “o campo de batalha é frequentemente associado à expressão e liberação da masculinidade mais autêntica”, bem como a profissão militar é associada à ideia de virilidade, no qual a presença feminina causaria um certo estranhamento, visto que ela seria considerada como um corpo estranho no meio. Com isso, entende-se que o campo de batalha ou o meio militar sempre foram entendidos como o lugar no qual o homem poderia usar da sua compleição física e dos seus hormônios para melhor atuarem em combate, sendo esses, em termos biológicos e científicos os fatores que o tornam mais propenso ao combate. Logo, justifica-se o combate ser relacionado à figura masculina, uma vez que a testosterona permitiria ao homem a coragem de correr os riscos e de encarar o perigo, bem como a compleição física facilitaria sua atuação em situações que exigissem mais força, sendo a mulher impedida de desempenhar as mesmas funções, visto que elas são consideradas “naturalmente” e “biologicamente” mais fracas que os homens (CHAMBOULEYRON, RESENDE, 2006; TADIN, LIMA, 2015).

Destarte, a organização militar acabou sendo entendida como gendrificada, ou seja, nela existia uma separação do masculino e do feminino, seguindo assim, a reprodução de estereótipos, exemplificando com isso a base da organização militar da distinção de gênero (SCHWETHER, PAGLIARI, 2017).

Segal (1999) coloca que para que as mulheres passem a fazer parte da instituição militar, esta deveria ser encarada, pelos decisores políticos e pela população, como uma instituição em transformação, uma vez que ou as Forças Armadas se adaptam e se tornam mais compatíveis ao modo de ser das mulheres (ou como elas são vistas socialmente) ou as mulheres precisam passar por mudanças que as tornem mais preparadas ao meio militar.

Ao longo das três últimas décadas do século XX a presença das mulheres no cenário militar sofreu alterações, principalmente em países ocidentais, como nos Estados Unidos e alguns países europeus. As mulheres, que antes possuíam uma participação restrita a cargos e funções auxiliares e com duração temporária, geralmente relacionados a área da saúde, passaram a ter uma presença parcial e/ou integral nas Forças Armadas destes países (CARREIRAS, 1995).

O processo de incorporação feminino às fileiras militares dos países ocidentais pode ser entendido como relacionado a significativas mudanças na estrutura e na organização das Forças Armadas. Além das mudanças estruturais, alguns fatores como a transformação na dinâmica da guerra, a utilização de novas tecnologias, o novo perfil das missões e papel das Forças Armadas, bem como mudanças sociais podem ser considerados essenciais na busca pela inclusão feminina ao meio militar (SCHWETHER, PAGLIARI, 2017).

Tal qual afirma Segal (1999, p.17) "um vasto número de fatores estão envolvidos na determinação da natureza e extensão da participação militar das mulheres", não podendo, com isso, considerar apenas um fator como sendo o principal, mas sim uma atuação conjunta de todos eles. Desta forma, quando se pensa na inserção feminina nas Forças Armadas, três esferas essenciais devem ser levadas em consideração, sendo elas: a esfera militar (das mudanças organizacionais e das atividades militares); a esfera social (que leva em conta os papéis civis desempenhados pelas mulheres, bem como as variáveis da ordem sócio-estrutural) e a esfera cultural (da construção social de gênero e da família) (SEGAL, 1999; MATHIAS, 2009).

Figura 1 - Teoria dos fatores que influenciam a participação militar das mulheres

Militar

Situação de segurança nacional
Tecnologia militar
Rácio de combate/ apoio de combate
Estrutura da força
Políticas de admissão militar

Estrutura Social

Padrões demográficos
Características do mercado de trabalho
(Participação feminina na força de trabalho e segregação profissional de sexos)
Fatores econômicos
Estrutura familiar

Cultura

Construção social do gênero e da família
Valores sociais sobre gênero e família
Discurso público sobre gênero
Valores relativos a atribuição e equidade

Participação das Mulheres nas Forças Armadas

(Grau de representatividade e natureza das atividades)

Fonte: SEGAL, 1999, p.18.

Logo, tendo como base a teoria de Mady Segal (1999), que busca explicar a participação feminina ao meio militar por meio de três esferas (militar, social e cultural), o presente capítulo buscará analisar cada um destes pontos, a fim de entender e melhor demonstrar os motivos e as variáveis que tiveram impacto em tal fenômeno. Para isso, o capítulo será estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento será explanado a esfera militar, pretendendo entender os princípios que regem esta instituição e as mudanças que ocorreram ao longo dos últimos anos e que vieram a favorecer a inserção feminina. Em seguida será analisada a esfera social e cultural, visto que elas possuem uma proximidade e tentam explicar o papel da mulher na sociedade e o discurso de

gênero; por fim, buscaremos fazer um breve apanhado histórico sobre como o tema surgiu e foi aplicado nos países.

1.1. Uma análise das mudanças militares sob a ótica da esfera militar

De acordo com Segal (1999) algumas variáveis militares estão envolvidas na extensão da participação das mulheres ao meio militar, sendo elas a situação de segurança nacional, a tecnologia militar, o apoio de combate, a estrutura da força e as políticas de admissão militar. Justamente com as teorias de Moskos (1977; 2000), de David Segal (1986), Helena Carreiras (1995; 2004) entre outros, buscaremos analisar de que forma as modificações na esfera militar melhor possibilitaram a presença feminina na organização militar.

Uma mudança essencial na organização das Forças Armadas foi apresentada por Charles Moskos (1977), visto que dois modelos essenciais dividiam a organização das Forças Armadas, sendo eles o modelo institucional e o modelo ocupacional. O modelo institucional (ou divergente) estava baseado e legitimado nas ideias tradicionais, ou seja, via o meio militar como sendo baseado na honra, na pátria e no dever, no qual os membros que faziam parte dela seguiam a ideia de vocação. O serviço militar tradicional tinha como base as características presentes neste modelo, uma vez que o alistamento era obrigatório e o militar deveria ter disponibilidade total para o serviço, bem como deveria se sujeitar às leis e a disciplina militar. Os ensinamentos instruídos nas Academias Militares bem como a formação profissional também estavam pautados neste modelo, visto que era pelo sistema educacional militar que se formavam os oficiais de carreira, sendo o modo de compensação diferente daquele presente no mundo civil, pois os salários eram parcialmente não monetários, tendo a sua complementação, por exemplo, com moradia, alimentação e uniforme.

O segundo modelo, o ocupacional (ou convergente), se aproximava daquilo que era visto na sociedade civil, ou seja, tinha como fundamento seguir a racionalidade do mercado e a motivação para seguir a carreira militar seria de ordem econômica. Profissionais do mundo civil passariam a poder fazer parte do quartel, sendo que dentro da instituição eles deveriam cumprir com as obrigações contratuais. Diferentemente dos militares formados nas Academias Militares, estes novos militares possuíam uma lógica mais de prioridade no interesse próprio do que no da organização que agora eles faziam parte (MOSKOS, 1977).

Segundo Moskos (1977, p. 43), “tradicionalmente as organizações militares procuravam evitar o modelo ocupacional”, sendo o fator econômico um dos principais motivos. Em oposição ao que se via e era acostumado, o modelo ocupacional dava margem a uma maior atuação de sindicatos e uma crescente dependência a civis contratados para a realização de atividades militares. Todavia, era justamente o recrutamento deste pessoal qualificado que fazia com que as Forças Armadas dos países passassem a seguir em direção ao modelo ocupacional (MOSKOS, 1977).

O que se percebeu, ao longo dos anos 1970, foi uma tendência das Forças Armadas dos países ocidentais a seguir o caminho de passagem do modelo institucional para o modelo ocupacional. Entretanto, o que acabou prevalecendo foi a ideia de “compartimentação”, ou seja, a Força Armada de um país acabava aderindo a princípios e característica dos dois modelos, uma vez que se via, por exemplo, a predominância no modelo institucional nos cargos de combate, enquanto que nas especialidades administrativas e logísticas o modelo ocupacional (CARREIRAS, 1995, p.102). Destarte, cada país iria adotar o modelo que melhor se aplicasse a sua política interna e aos seus objetivos políticos e militares.

Moskos (1977) colocava o modelo institucional e o ocupacional como sendo pólos opostos de uma mesma dimensão, sendo esta divisão criticada por autores como Segal (1986) e Janowitz (1977), por exemplo. Segundo Segal (1986, p.355) “os constructos institucional e ocupacional não são pólos separados da mesma dimensão, mas sim dimensões independentes”, podem assim, os militares se expressarem da forma que mais lhe convém, ora seguindo orientações institucionais e ora ocupacionais. É seguindo esta lógica, de que ambos os modelos são independentes e que podem atuar em conjunto que Janowitz (1977) classifica os militares seguindo a lógica do “profissionalismo pragmático” (ESTEVES, 2007).

O “profissional pragmático” seria aquele militar que conseguia expressar os princípios dos dois modelos. O alto grau de profissionalização que passava a fazer parte das Forças Armadas, por meio do viés ocupacional e do profissional civil, se intercalava com os valores tradicionais da caserna. Como afirma Stahl, McNicholas e Manley (1980, p. 263) era

> Possível estar tanto comprometido com as forças armadas como uma instituição com suas normas, valores e noções de auto-sacrifício consagradas pelo tempo, ao mesmo tempo em que se preocupava com a equidade individual, a perícia técnica e os direitos contrabalanceados pelas obrigações.

Ou seja, era possível perceber que a lógica da crescente profissionalização militar, que era vista no modelo ocupacional, poderia coexistir com os valores e normas tradicionais da profissão militar.

Esta profissionalização estava correlacionada com a ideia da racionalização. Conforme afirmava Segal (1986, p. 352), "os serviços militares se moviam a crescente racionalidade organizacional", ou seja, baseado na lógica de mercado que o modelo ocupacional seguia, os indivíduos conduziam cada vez mais seu comportamento em direção aos princípios utilitaristas e de interesse próprio. A organização estava se direcionando ao sistema interpessoal, burocratizado e profissionalizado, uma vez que a tarefa militar estava se tornando cada vez mais especializada, em que cada indivíduo buscava despenhar tarefas restritas no qual prevalecia mais a ideia das competências técnicas e menos às físicas, sendo muitas dessas funções assimiladas às civis. Foi por meio da adoção da força de voluntariado[1] que as Forças Armadas viam sua organização caminhando cada vez mais para a linha da racionalidade (SEGAL, 1986; SEGAL, 1999).

Esse novo cenário das Forças acabou influenciando também na reestruturação do efetivo, uma vez que ele passou do "exército de massas", que tinha como base a conscrição universal e a obrigatoriedade, para um efetivo com uma tendência profissional, ou seja, passou a ser visto, em boa parte dos países ocidentais, uma busca por profissionalizar o seu efetivo, tornando-o, assim, mais parecido com o que era visto na sociedade civil (CARREIRAS, 1995).

O papel da mulher em cada um desses modelos também seguia suas especificidades. Enquanto que no modelo mais tradicional a mulher possuía uma atuação mais limitada, essa sendo restrita a carreira padrão[2], no modelo que buscava uma aproximação com a economia de mercado as mulheres seriam possíveis atuar em empregos mais abrangentes e com um padrão de carreira aberto (MOSKOS, 1977).

Carreiras (1995) coloca que ao modelo ocupacional era visto a predominância da ideia de profissionalização militar, o que acabava fazendo com que um maior número de mulheres

---

[1] A ideia da força de voluntariado faz parte do tipo de sistema de serviço militar vigente no país, ou seja, a forma de ingresso nas Forças Armadas, uma vez que esse pode ocorrer por meio de admissão voluntária ou da conscrição (alistamento obrigatório). Nesse caso, a adoção da força de voluntariado significa que as Forças armadas estavam adotando um sistema de recrutamento voluntário do pessoal militar (SEGAL, 1999).

[2] No modelo institucional os papéis femininos eram de emprego limitado e seguia o padrão de carreira restrito, sendo esse entendido pelo reduzido número de mulheres no meio militar, logo, suas funções se concentravam nas áreas de apoio. Com isso, entende-se que carreira padrão era aquela em que as funções das mulheres eram separadas do corpo militar, sendo, por exemplo, as ligadas ao setor da saúde (funções tradicionalmente dispostas às mulheres) (CARREIRAS, 1995).

estivessem acesso ao meio militar. Esse posicionamento também ia ao encontro com a ideia de que as mulheres preferiam seguir carreira (ou seguir os serviços militares) que mais se aproximavam da “vocação” ou do “chamamento”, que seriam, por exemplo, o caso das enfermeiras e o dos corpos auxiliares. As motivações femininas para seguir a carreira militar acabavam seguindo, em alguns casos, a ideia de maximização das vantagens econômicas, uma vez que elas buscavam acesso às oportunidades de emprego disponíveis as suas capacidades profissionais.

A profissionalização das Forças, com o seu caráter de voluntariado, abriu mais oportunidades para as mulheres que buscavam integrar ao meio militar, visto que elas viam nesta instituição uma forma de seguir carreira (CARREIRAS, 1995). Indo de acordo com a teoria defendida por Segal (1999, p. 28) “a participação das mulheres no serviço militar tem tendência a aumentar em sistemas de admissão voluntárias”. Sendo assim, em países que adotavam o sistema de voluntariado, em vez do recrutamento obrigatório, a participação feminina tenderia a aumentar.

A participação feminina também seria influenciada pelo número de homens necessários para o cumprimento de missão, visto que “se a necessidade de efectivos for superior à mão de obra masculina disponível, maior será o número de mulheres” (SEGAL, 1999, p. 28). Ou seja, as mulheres constituíam “uma mão-de-obra activa de reserva, tanto a nível civil como militar” (SEGAL, 1999, p.21), uma vez que a participação das mulheres nas atividades militares aumentava sempre que ocorria a falta de homens qualificados para o cumprimento da missão. Todavia, as funções ocupadas por elas eram, em sua maioria, as relacionadas às funções de apoio e de reserva, sendo excluídas assim, dos ofícios relacionados ao combate (SEGAL, 1999).

Estas mudanças pelas quais as Forças Armadas vinham passando tinham relação com o que era visto no cenário internacional, uma vez que segundo David Segal e Mady Segal (1983), as mudanças na sociedade tenderiam a refletir na organização militar. Moskos (2000) aponta que ao longo do século XX a organização militar teria passado por três diferentes estágios, esses sendo influenciados pelos acontecimentos políticos e internacionais da época.

Tendo como base de análise as Forças Armadas dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental, constatou-se que estas passavam por uma transição, bem aos moldes do modelo Institucional/Ocupacional. O primeiro estágio seria o “moderno”, que se iniciou na formação do Estado nação, uma vez que os países necessitavam de uma Força Armada para a proteção e defesa da pátria. A estrutura das Forças seguia a lógica da conscrição obrigatória e do exército em massas, tendo a mínima presença do pessoal civil (MOSKOS, 2000). As Forças Armadas da Era moderna

atuariam seguindo os padrões tradicionais para a organização militar e seguiria o molde que foi visto no modelo Institucional.

A segunda Era (1945-1990) definida por Moskos (2000) foi a “modernidade tardia”. Durante este estágio o cenário internacional vivenciou o período da eclosão das armas nucleares, da Guerra Fria, da Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, e das guerras da Coréia e Vietnã, por exemplo. A principal ameaça vista pelos Estados era a Guerra Nuclear, sendo assim, a estrutura das Forças se baseou em exércitos profissionais de grande dimensão, com um componente médio da presença de civis nas organizações militares. É neste período que as Forças Armadas se adequam ao modelo Ocupacional, tendo como principal característica uma maior presença de civis na caserna e o avanço da tecnologia.

A terceira Era (desde 1990) seria a da “pós-modernidade”. Moskos (2000) coloca que o fim da Guerra Fria marcou a transição entre as organizações militares, uma vez que elas deixaram o seu perfil tradicional e passaram a ter uma nova forma pós-moderna. Baseado nas experiências da modernidade e com um novo cenário internacional, as Forças Armadas acabaram adquirindo novas formas. A principal ameaça seria a subnacional, ou seja, a violência étnica, o terrorismo, as crises humanitárias, entre outros; esta nova ameaça teria impacto na missão das Forças que agora seria a de manutenção da paz e as missões humanitárias. Sendo assim, a estrutura das Forças contava com um exército profissional de pequena dimensão, bem como um componente significativo do pessoal civil, visto que o perfil do profissional militar que agora dominava era o militar-diplomático e o militar-acadêmico.

É durante o período da pós-modernidade que as Forças Armadas vivenciam um cenário de mudanças organizacionais, sendo estas relacionadas ao tipo de missão, que deixam de assumir o caráter da missão tradicional de defesa da pátria para um perfil de novas missões, bem como a interação estrutural e cultural entre as esferas civis e militares e o uso dos militares em forças multinacionais (MOSKOS, 2000).

Este novo contexto no qual as Forças Armadas estavam inseridas tiveram impacto em relação a presença feminina no meio militar. Enquanto que no período moderno a mulher era excluída do meio ou seu papel se restringia aos corpos separados, na pós-modernidade as mulheres passariam a ter uma integração total. Todavia, em algumas Forças Armadas as mulheres ainda continuavam excluídas das posições de combate, fazendo assim, com que não ocorresse uma aceitação total delas (SEGAL, SEGAL, 1983; MOSKOS, 2000). De acordo com Segal (1999, p.

25), "o envolvimento das mulheres em operações militares é influenciado de forma negativa pela proporção de funções de combate", visto que essa posição era tida como sendo uma atividade exclusivamente masculina.

Schwether (2016) coloca que a redefinição dos papéis dos militares e as novas missões nos quais eles estavam destinados a fazer, como as operações de manutenção da paz e as humanitárias, permitiram também a abertura de postos e um maior acesso das mulheres. Com isso tem-se que "a natureza das missões militares determina igualmente o grau de participação das mulheres" (SEGAL, 1999, p.23), uma vez que elas participam mais ativamente quando as Forças Armadas estão em operações de manutenção da paz, em atividades de assistência de desastre e operações de policiamento interno (SEGAL, 1999).

A tendência que se percebia, ao longo das três últimas décadas do século XX, era que as Forças Armadas seguiam em convergência com a sociedade global, uma vez que esta instituição passava a receber os impactos e as mudanças que vinham ocorrendo no mundo. O aumento do desenvolvimento tecnológico fez com que ocorresse "uma crescente dependência da organização militar relativamente a tecnologias e competências não militares, diluindo assim, as fronteiras e descontinuidades entre as Forças Armadas e a sociedade global" (CARREIRAS, 1995, p.100).

O aumento do uso de tecnologias, bem como as mudanças tecnológicas podem também ser entendido como sendo partes essenciais das mudanças militares ocasionadas pelo fim da Guerra Fria. A tecnologia da informação, o uso de computadores e drones em operações militares, fizeram com que ocorressem também alterações na forma de guerrear e na condução da organização militar (FARRELL, TERRIFF, 2002).

A sofisticação tecnológica passaria a substituir a força bruta nos conflitos, fazendo assim, com que um perfil mais profissional se fizesse presente no meio militar (MOSKOS, 2000). Essas mudanças no espaço de combate também favoreceram um maior acesso feminino ao militarismo, uma vez que o princípio de força física não era mais considerado central em certas funções das operações, mas sim, a capacidade de atuar em situações estratégicas, visto que "alguns progressos tecnológicos levaram à substituição da força física do soldado pelas capacidades intelectuais" (SEGAL, 1999, p. 23). Com isso, percebe-se que "mudanças tecnológicas de várias ordens deram lugar a uma maior participação das mulheres nas forças armadas durante o século passado" (SEGAL, 1999, p. 23).

Tendo como base de análise a esfera militar, percebe-se assim, que mudanças internas na estrutura, estas motivadas em sua maioria por acontecimentos no cenário internacional e na sociedade civil, foram centrais para uma maior inserção feminina ao meio militar. A transição das Forças ao longo dos anos para um perfil mais racional, ligado à lógica do mercado, com uma maior presença de profissionais e tecnologia civil foi importante para uma abertura da caserna a presença delas (CARREIRAS, 2004).

Uma busca por maior acesso ao mercado de trabalho, oportunidades profissionais e direitos civis são frutos dos movimentos sociais que marcaram o período de inserção das mulheres ao meio militar. É nesse contexto que se desenvolve o segundo fator essencial na análise da inserção feminina as Forças Armadas dos países.

1.2. A importância do discurso de gênero: a partir da análise da esfera social e cultural

Ao analisar as esferas social e cultural Segal (1999) busca explicar de que forma as variáveis presentes nestas duas esferas podem ter influenciado em uma maior participação feminina no meio militar. Tendo como base a ideia de que as percepções que se tem sobre a mulher são socialmente construídas, "o discurso sobre estas questões, em particular a ênfase dada a determinados debates sobre as funções militares das mulheres, não assenta numa realidade objetiva, mas sim em valores culturais" (SEGAL, 1999, p. 17). Com isso, entende-se que as funções que as mulheres desempenham, seja na sociedade civil ou na militar, podem sofrer alterações por meio de redefinições culturais presentes nas sociedades dos diferentes países.

Segundo Segal (1999), a estrutura social de um país tem impacto direto na presença das mulheres ao meio militar. "Os padrões demográficos moldam as funções das mulheres de diversas formas. As mulheres têm servido como reserva de mão de obra, tanto a nível civil como militar" (SEGAL, 1999, p. 29). Essa percepção foi vista principalmente em sociedades industriais do século XX, no qual a presença das mulheres se fazia necessária no mercado laboral quando o efetivo masculino era comprometido, sobretudo em períodos de guerra. Sendo assim, "sempre que a disponibilidade de homens não preenchia as necessidades de mão de obra militar, as mulheres são chamadas ao serviço" (SEGAL, 1999, p. 29).

Um fator que também é colocado como crucial, conforme Segal (1999) apresenta, é a questão da característica da população ativa de uma sociedade, visto que "quanto maior for a percentagem de mulheres na população ativa, maior será a sua representação nas Forças Armadas" (SEGAL, 1999, p. 29). É diante tal questão que se percebe a importância da busca das mulheres por conquistarem cada vez mais o espaço profissional, uma vez que a sua atuação na sociedade civil tem impacto no meio militar. Todavia, a atuação feminina muitas vezes acaba esbarrando em visões estereotipadas que se tem do gênero feminino.

Sendo assim, tem-se que o que se entende por "gênero" é socialmente construído e a sua compreensão pode mudar de acordo com a cultura, a sociedade ou o país. Desse modo, entende-se que o conceito de gênero está intrínseco a cultura e menos relacionado a biologia. Em termos biológicos, "sexo é o conjunto de características físicas e orgânicas que permitem diferenciar o homem e a mulher, conferindo-lhes papéis específicos na reprodução" (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018, p.5); enquanto que gênero "reúne as características físicas, intelectuais e emocionais que se espera de homens e mulheres. Refere-se à forma como a pessoa se expressa socialmente" (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018, p.5).

O papel da mulher na sociedade segue os padrões socialmente construídos, esses as naturalizando como inferiores em relação aos homens. Esta naturalização é baseada na mística que coloca o ser feminino como inferior tendo como explicação fatores biológicos, ou seja, ocorre um "reducionismo biológico [que] camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável" (ALVES, PITANGUY, 2003, p. 56). Esta hierarquia sexual coloca as mulheres como sendo mais frágeis do que os homens para a realização de determinadas atividades e funções. Percebe-se assim, que "os papéis de gênero acabam por criar estereótipos do que é agir como homem e do que é agir como mulher" (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018, p.7).

Simone de Beauvoir (1949) no livro "O Segundo Sexo", trata desta questão quando coloca que "não se nasce mulher, torna-se mulher". Este tema ganhou destaque na luta contra a construção social do que é "ser" mulher e homem, sendo essa ideia presente nos movimentos feministas, uma vez que eles buscaram romper com as ideias tradicionais da sociedade, que viam o feminino como sendo o sexo frágil (ALVES, PITANGUY, 2003; SILVA, 2007).

Os movimentos feministas que ocorreram ao longo do século XX buscaram romper com o ideal que se tinha sobre o que é ser mulher, bem como contra o sistema patriarcal, que era universal, e que difundia relações assimétricas entre os gêneros (ALVES, PITANGUY, 2003).

A procura por melhores condições de trabalho, para estas se tornarem mais igualitárias, além da busca por uma maior liberdade e emancipação também estavam entre as causas do movimento. As mulheres buscavam uma maior profissionalização e acesso às universidades, como forma de ganhar independência e autonomia frente às imposições da sociedade (NICHNIG, 2007). Com isso, Mathias e Adão (2013, p. 149-150) colocam que "a inserção da mulher no mercado do trabalho é vista como mecanismo essencial para assegurar-lhe autonomia financeira e social". É nessa busca por uma maior profissionalização que às mulheres são abertas as oportunidades para se inserirem nas Forças Armadas, uma vez que "o estado da economia civil tem influência sobre o emprego civil e militar das mulheres" (SEGAL, 1999, p.30). Ou seja, quanto maiores as taxas de desemprego entre os jovens (especialmente os do sexo masculino), menores seriam as oportunidades dadas às mulheres para ocuparem funções militares (SEGAL, 1999).

As mudanças vistas nas sociedades, essas com um maior grau de racionalização, tenderiam a refletir na forma como a organização militar se estruturava (SEGAL, SEGAL, 1983). Discursos de gênero referente ao papel e funções que a mulher poderia desempenhar na sociedade estavam presentes ao longo da maior parte do século XX, período este que coincide com as mudanças e transformações que boa parte das Forças Armadas dos países ocidentais estava passando.

Segal (1999) defende que em sociedade mais igualitárias, quanto aos valores sociais de gênero, a representação das mulheres nas Forças Armadas é maior, podendo também ocorrer o contrário, ou seja, "quanto maior for a ênfase nas atribuições por gênero (e, desse modo, menor a ênfase nas diferenças individuais), mais limitadas são as funções militares das mulheres" (SEGAL, 1999, p. 32), uma vez que se leva em consideração os atributos do grupo e não do indivíduo. Percebe-se com isso que a cultura tanto pode acentuar a igualdade quanto a diferença entre a mulher e o homem, e isso, por consequência, pode gerar impactos nas funções militares delas.

Questões como a construção social da família e os valores sociais sobre a família também acabam tendo efeito na presença e nos cargos que as mulheres ocupam no meio militar, uma vez que "quanto maior for o movimento que se afasta das formas familiares tradicionais, especialmente nas que se baseiam na família nuclear, maior será a representação das mulheres nas Forças Armadas" (SEGAL, 1999, p. 35). Enquanto que sociedades, nas quais as mulheres ficam mais

restritas ao ambiente doméstico, a sua representação na instituição militar fica limitada e restrita, em geral (SEGAL, 1999).

A ideia social de que o "privado" é feminino e o "público" masculino, bem como a divisão do trabalho orientado por sexo também afeta na maior presença feminina ao meio militar, visto que quanto maior o grau de segregação sexual nas profissões civis, menor será a participação militar das mulheres. Quanto mais integradora ao nível de gênero for uma estrutura profissional, essa sendo pautada em uma maior igualdade entre os sexos na cultura, maior será a aceitação das mulheres para cumprir funções militares (SEGAL, 1999; ALVES, PITANGUY, 2003).

Nas sociedades em que as mulheres possuem ocupações civis semelhantes às dos homens "é mais admissível que as mulheres tenham a competência adequada para o desempenho de tarefas militares" (SEGAL, 1999, p. 30). Percebe-se com isso, que o papel civil acaba influenciando nas questões militares, uma vez que a maior participação feminina no mercado de trabalho, por exemplo, estas ocupando cargos mais especializados, proporciona a elas uma maior inserção nas Forças Armadas. Com isso, nota-se a importância que os movimentos feministas tiveram ao buscar uma maior profissionalização e acesso das mulheres às universidades e aos diferentes campos de trabalho. A busca delas por maior especialização também influenciava na sua entrada no meio militar, visto que "a integração das mulheres tem sido promovida pelas mudanças das necessidades de pessoal militar no curso da profissionalização, e diversificação do trabalho" (STACHOWITSCH, 2013).

A modernização e transformação pelo qual as Forças Armadas passaram essas seguindo os moldes apresentados por Moskos (1977; 2000), possibilitou maior participação feminina nas atividades da organização militar, uma vez que "a inclusão das mulheres nas fileiras militares proporciona uma oportunidade de ruptura, subversão e até mesmo transformação das Forças Armadas – o que por extensão, incluiria mudanças nas próprias relações internacionais" (ZUCATTO, 2016, p.05).

Tendo como base a teoria de Segal (1999), percebe-se que variáveis do nível militar, social e cultural podem ser usadas para explicar a participação militar das mulheres. Os eventos como mudanças políticas, o aumento da discussão sobre gênero e as transformações no cenário internacional no pós-Guerra Fria foram fundamentais, além de possibilitarem maior presença militar das mulheres. O mundo estava passando por mudanças e as Forças Armadas buscou acompanhar tais cenários de mudanças. No tópico a seguir buscaremos explicar, com base em

exemplos de países como os Estados Unidos, de que forma as teorias apresentadas se relacionam com as mudanças vistas no cenário internacional e como estas resultaram no acesso feminino às Forças Armadas.

1.3. A evolução da participação feminina nas Forças Armadas[3]

Desde os povos celtas e germânicos as mulheres estiveram presentes no cenário militar, sendo durante o Antigo Regime (séc. XVI-XVIII) diminuída em virtude das tradições e crenças romanas, gregas e cristãs. As mulheres acompanhavam os exércitos no papel de esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadorias, representando, na maioria das vezes, o espírito materno e companheiro (CAIRE, 2002, *apud*, SCHWETHER, 2016).

Foi ao longo do século XX que a presença feminina no meio militar aumentou e se tornou mais efetiva. O ambiente de crise, com a decorrência das Guerras Mundiais, fez com que as mulheres passassem a atuar tanto na esfera civil quanto militar, sendo nessa atuando em funções auxiliares como as da área da saúde (SCHWETHER, 2016).

Durante a Primeira Guerra Mundial a atuação feminina passou a ser reconhecida, mesmo que de forma tímida nos campos de batalha, seja no corpo de saúde ou no *front* de guerra. Com a ida dos homens à guerra as mulheres passaram a sair das ocupações puramente domésticas e passaram a ocupar funções nas indústrias e fábricas, visto que era necessário suprir as necessidades econômicas. Entretanto, com o fim da guerra os homens voltaram para casa e reassumiram os seus cargos como chefe de família, deixando assim mais uma vez as mulheres restritas ao ambiente doméstico (TADIN, BARRETO, 2017). Com isso, "as mulheres que atuaram na guerra ou trabalharam fora de casa tiveram que retornar para os seus lares, considerando seu 'espaço natural'. Já não eram vistas como necessárias" (TADIN, BARRETO, 2017, p. 97).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial as mulheres passaram a reassumir posições no espaço público, visto que mais uma vez os homens voltaram para o *front*. Todavia, a incorporação das mulheres, tanto no meio civil quanto no militar, diferia entre os países e as regiões (TADIN, BARRETO, 2017).

---

[3] A análise desse tópico foi baseada nos país ocidentais tendo em vista a teoria usada neste capítulo. O estudo realizado tanto por Moskos (1977; 2000) quanto por Mady Segal (1999) tiveram como base as Forças Armadas dos Estados Unidos e dos países europeus. Com isso, não se exclui a importância das mulheres combatentes nos países orientais, todavia, a análise será feita tendo como base as mulheres nas Forças Armadas ocidentais.

A Grã-Bretanha foi o país tido como pioneiro na inclusão militar feminina. Durante a Primeira Guerra as mulheres passaram a atuar no corpo voluntariado assumindo funções auxiliares tanto na Marinha quanto na Força Aérea, sendo em 1914 criada o *Women's emergency corps* (WEC), no qual elas atuavam de forma voluntária, e logo em seguida o *Queen's Mary Army Auxiliary Corps* (QMAAC), o *Women's Auxiliary Army Corps (WAAC)* e o *Women of the Royal Navy (WRN)*, permitindo assim, as mulheres a atuação em tarefas de apoio ao combate. Em 1941 com a aprovação e a incorporação do *National Service Act* à estrutura militar, as mulheres eram inseridas nas posições táticas sempre que necessário (SCHWETHER, 2016; TADIN, BARRETO, 2017).

No Canadá também foi visto uma atuação feminina nas fileiras militares, uma vez que foi criado durante a Segunda Guerra o *Canadian Women's Auxiliary Air Force* (CWAAF) e o *Women's Royal Canadian Naval Service* (WRCN). Na Rússia a ideia de igualdade para as mulheres estava presente e diferentemente do que foi visto em boa parte dos países ocidentais, as mulheres não foram limitadas apenas aos quadros não combatentes. As mulheres estavam presentes em quase todas as posições de combate no *front* junto aos homens (CREVELD, 2000; SCHWETHER, 2016; TADIN, BARRETO, 2017).

Nos Estados Unidos a participação militar das mulheres na Segunda Guerra só veio a ocorrer em 1942 uma vez que a população se mostrava contrária a criação de um corpo auxiliar feminino. Sendo assim,

> O Congresso logou instituir, em 1942, o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), ao mesmo tempo em que reativou os contingentes da Reserva feminina da Marinha, Guarda Costeira e dos Fuzileiros Navais, todos os últimos com estatuto militar, tal diferença de status gerou confusão de funções e problemas jurídicos graves (SCHWETHER, 2016, p. 60).

Com isso, em 1943 o General Marshall adotou uma lei que transformou o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC) em um corpo militar, tornando-se assim o Corpo Feminino do Exército - o *Women's Army Corps* (WAC). Mesmo que de forma limitada a alguns cargos, as admissões femininas nas corporações militares aumentaram e em 1948 o Congresso aprovou o *Women's Armed Services Integration Act* (SCHWETHER, 2016; TADIN, BARRETO, 2017).

É importante ressaltar que nesse período ocorreu uma mobilização feminina que buscava maiores oportunidade para que as mulheres pudessem ocupar mais cargos na esfera pública, tanto no meio civil quanto no militar. Kamarck (2015, *apud*, SCHWETHER, 2016) coloca que um dos

principais responsáveis pela expansão da atuação feminina nas Forças Armadas americanas foram os movimentos pela igualdade de oportunidades, este que ultrapassou a esfera econômica e política e atingiu também o âmbito da defesa.

A propaganda foi um dos meios utilizados por esses movimentos para difundir suas ideias e ganhar mais adeptos. Cartazes como o "We can do it!" feito por Howard Miller em 1943 e o "Rosie, a rebitadora" de Normal Rockwell, também de 1943, se tornaram um "símbolo da mulher americana no esforço de guerra" (Quétel, 2009, p. 87, *apud*, TADIN, BARRETO, 2017, p. 99). Esses cartazes também propagavam a ideia de que as mulheres tinham força e capacidade para realizar atividades que antes eram restritas a elas, não apenas força física, mas também força para conquistar o espaço público (TADIN, BARRETO, 2017). É importante ressaltar que, como apresentou Segal (1999), em uma sociedade no qual o discurso de gênero e a busca pela igualdade entre o homem e a mulher existisse maior seria a probabilidade de a mulher alcançar posições de igualdade para com o homem e assim fazer parte da esfera militar.

Com o fim da Segunda Guerra o dilema da posição do homem e da mulher no cenário público e privado voltou à tona. Durante o período de guerra as mulheres conquistaram tanto o espaço público com os trabalhos fora de casa quanto se tornaram a imagem de chefes de família. Com a volta dos homens para casa e reassumindo o seu papel de poder simbólico, os discursos e os estereótipos sociais ressurgiram. Todavia, como fruto dos movimentos feministas, as mulheres passaram a buscar a assumir cada vez mais o espaço público, mesmo esta posição sendo contrária àquela defendida pela sociedade e pelos maridos. Como afirma Quétel (2009, p. 222, *apud*, TADIN, BARRETO, 2017, p. 101):

> Nada de mudança social imediata, mas um lento processo de mudança que foi instigado com a guerra e não vai mais se deter. Os milhões de americanas que chegaram logo depois da guerra a seu home, sweet home levaram um pouco da Rosie em seu coração.

As ondas dos movimentos feministas não cessaram durante a década de 1940 e 1950 e seus impactos foram sentidos ao longo de toda a segunda metade do século XX. Nos anos 1970 o discurso de "o Pessoal é Político" de Carol Hanisch (1969) ganha destaque na luta de algumas mulheres para alcançarem cada vez mais o político e a esfera pública, seja esta atuando na sociedade civil ou militar.

Os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, bem como o avanço dos países e de suas respectivas Forças Armadas em direção a Era da pós-modernidade também foi sentida pelas

organizações internacionais. Como já citado, os movimentos passaram a ganhar cada vez mais destaque e relevância, sendo estes sentidos na ONU quando em 1975 foi instituída uma campanha que intitulou este ano como sendo o Ano Internacional da Mulher e os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher (ONU, 2018).

Os impactos dos movimentos sociais e da inclusão da pauta feminina nas Organizações Internacionais tiveram assim, resultado nos países. Nos Estados Unidos, além dos movimentos sociais, outros dois fatores também foram centrais na maior inserção feminina as Forças Armadas, sendo eles os movimentos pacifistas contra a Guerra do Vietnã e o fim da conscrição obrigatória em 1973, com a adoção do *All-Volunteer Forces* (SCHWETHER, 2016). É durante este período que Moskos (1977), e tendo como base os Estados Unidos, apresenta sua teoria sobre os modelos Institucional e Ocupacional, confirmando assim, a ideia de que uma Força Armada que passa a aderir ao sistema de conscrição voluntária a presença das mulheres se torna mais efetiva, mesmo que estas ocupando os cargos auxiliares e tendo apenas uma integração parcial[4].

Foi durante a Guerra do Vietnã que ocorreram mudanças na visão do Departamento de Defesa norte-americano, uma vez que eles se viraram para as mulheres em busca de complementação do efetivo, visto que o número de homens não era suficiente para cumprir a missão. Esse posicionamento do Departamento de Defesa apenas confirma a ideia defendida por Segal (1999, p.20) de que "durante a guerra, a necessidade de pessoal é um fator que contribui para a expansão das funções militares das mulheres". Ou seja, a mulher atuaria como sendo uma mão-de-obra reserva e sempre que fosse necessário a complementação de efetivo elas seriam procuradas.

A participação militar das mulheres nos Estados Unidos passou por evoluções ao longo dos anos, permitindo assim que elas alcançassem posições combatentes das principais Forças do país. Em 2013 foi revogada a norma que impedia as mulheres de assumirem funções de combate com a suspensão do *Direct Ground Combat Definition and Assignment Rule* de 1994. Em 2015, o então secretário de Defesa americana, Ashton Carter, ordenou que todas as especificidades das Forças Armadas fossem abertas às mulheres, sem que houvesse qualquer exceção e limitação a presença delas (SCHWETHER, 2016).

Sendo assim, percebe-se que o acesso das mulheres nas Forças Armadas dos países não foi um processo uniforme e era influenciado pelos costumes de cada país e região. Todavia, este

---

[4] A integração parcial do papel das mulheres foi o visto na Era da Modernidade Tardia apresentada por Moskos (2000).

fenômeno foi reflexo das mudanças internas na estrutura militar, com a adoção do sistema voluntariado, por exemplo, bem como de mudanças no cenário internacional. O discurso de gênero presente nos movimentos feministas também foi central para tal processo, sendo esse considerado um facilitador e possibilitador para a ocorrência de tal fenômeno, visto que as mulheres passaram a exigir os seus direitos de igualdade perante a sociedade civil e militar.

1.4. Conclusões parciais

Diante o que foi exposto e analisado, a inclusão feminina nas Forças Armadas depende de fatores, como os da ordem militar, social e cultural. O cenário internacional que foi visto ao longo do século XX proporcionou uma conjuntura que possibilitou a inclusão das mulheres ao meio castrense.

Na esfera militar, a transição das Forças Armadas do modelo Institucional para o Ocupacional favoreceu na maior inserção do pessoal civil no meio militar, podendo este fator ocorrer com o aumento da profissionalização e com a adoção do sistema voluntariado. O voluntariado pode ser visto como uma das principais forças para a integração militar feminina, uma vez que mesmo com a integração parcial inicial, as mulheres foram inseridas em um meio que até então era excludente a sua presença. A mudança no cenário, principalmente com o fim da Guerra Fria, ocasionou uma mudança na missão e no papel das Forças Armadas e dos militares, estes também sendo importantes para as mulheres.

Na esfera social e cultural, viu-se que o levante feminino em busca por maior autonomia, oportunidades de estudo e trabalho, bem como direitos iguais, com a ascensão do discurso de gênero também foi importante, uma vez que em sociedades que pregavam uma maior igualdade entre os homens e as mulheres, essas possuíam maiores oportunidades de atuarem na esfera pública civil e assim no meio militar.

Com isso, percebe-se que o movimento feminista, com a inclusão do discurso de gênero, não foi o fator central e determinante para a incorporação das mulheres nas Forças Armadas dos países, mas sim um fator que atuou de forma indireta na inserção delas, uma vez que os fatores e objetivos pelos quais as mulheres lutavam foram os mesmos que permitiram a entrada delas no meio militar, mesmo que este de forma voluntária.

2. A INSERÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

O processo de inserção feminina ao meio militar passou por evolução ao longo dos anos, sofrendo as mudanças mais relevantes a partir dos anos 1970. Foi nesse período que as principais Forças Armadas do mundo permitiram o acesso das mulheres ao meio militar. Ao longo da Primeira e da Segunda Guerra Mundial as mulheres tiveram participação ativa na economia formal, sendo elas inseridas na esfera pública, uma vez que os homens estavam no campo de batalha (TADIN, BARRETO, 2017). A incorporação feminina a este meio foi antecedida “pela adoção de um novo modelo de participação social e de políticas públicas, pela inserção feminina no mercado de trabalho e pela pressão democrática em favor de valores igualitários e equidade de gênero” (ROCHA, 2017, p. 775).

O ingresso feminino em todas as funções militares era “previsto na Carta das Nações Unidas de 1945, que proclamava enfaticamente a igualdade entre homens e mulheres” (ROCHA, 2017, p. 775). A noção de que homens e mulheres deveriam ter os mesmo direitos ao exercerem funções públicas também foi declarada na Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres das Nações Unidas de 1953, uma vez que segundo o art.3º “as mulheres terão, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição” (CDPM, 1953, p.1).

Todavia, para que as normas internacionais se concretizem é necessário que as legislações internas dos países a adotem. Sendo assim, os países devem possuir políticas públicas de gênero, e o processo de inserção das mulheres ao meio militar depende da forma como cada um dos países enxerga a questão. Com isso,

> a abertura das Forças Armadas às mulheres deveu-se a uma conjunção de acontecimentos: a crise de recrutamento vivenciada pelos principais Exércitos do mundo; a suspensão da conscrição obrigatória; a remuneração dos soldos sempre abaixo dos salários oferecidos pela iniciativa privada e pelos demais órgãos públicos de natureza civil (ROCHA, 2017, p.776).

No Brasil, a incorporação das mulheres nas Forças Armadas se deu a partir dos anos 1980, período este que coincide com a busca por igualdade das mulheres para com os homens, bem como período pelo qual o país passava pelo fim do Regime Militar e entrava no momento de abertura política. A luta por direitos no âmbito econômico e social fizeram com que as mulheres buscassem oportunidades de emprego e atuação em áreas que antes não estavam disponíveis para elas, sendo

uma delas a carreira militar, mesmo que essa fosse configurada como trabalho voluntário nas Forças[5] (ALMEIDA, 2008).

Analisar a inserção das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras (FFAA) requer um estudo sobre o contexto político, militar, econômico e sociocultural do período, uma vez que esses fatores foram fundamentais para tal feito. O processo de redemocratização, o momento de crise política e econômica da década de 1970 e 1980, bem como as mudanças militares da época foi central para as mulheres adentrarem aos quartéis. Mesmo estes fatores sendo considerados os centrais na análise da entrada das mulheres no meio militar, a esfera cultural, essa embasada no estudo de gênero e nos movimentos feministas, também se faz necessário, uma vez que princípios de igualdade e democracia são essenciais quando se pensa na incorporação das mulheres ao meio militar (D'ARAUJO, 2003; ALMEIDA, 2008).

Sendo assim, tendo como objetivo analisar o processo de inserção da mulher nas Forças Armadas brasileiras, o presente capítulo buscará explanar o cenário do país e o processo de inserção delas a esse meio. Por fim, será analisado o papel da mulher na sociedade e o discurso de gênero, bem como a presença da mulher nas três Forças.

2.1. Cenário brasileiro e o processo de inserção das mulheres nas Forças Armadas

Entre meados dos anos 1960 até a década de 1980 o Brasil vivenciou um período de Regime Autoritário (1964-1985), esse sendo governado pelos militares, uma vez que pautados na ideia de "exército político", as Forças Armadas buscavam intervir na política nacional e de governo, visto que eles se consideravam possuidores de uma vocação institucional e profissional (KOONINGS, 2010).

O Regime Militar no Brasil acabou apresentando uma característica peculiar que a distinguia dos demais regimes visto na região. No Brasil ocorreu "a manutenção dos mandatos presidenciais formais e um ritual de candidatos militares e 'eleições' pelo Congresso para determinar a sucessão presidencial" (KOONINGS, 2010, p.08). Ou seja, os militares atuavam

[5] O Serviço Militar Voluntário (SMV) acontece por meio de concursos e é aberto tanto para Praças (nível fundamental e médio) quanto para Oficiais (nível superior). É um trabalho de caráter voluntário e com vínculo temporário (pode durar, no máximo, só até oito anos).

como sendo um "ator político específico", este no qual era formado por diferentes grupos no interior das Forças Armadas politicamente ativa (KOONINGS, 2010).

Essa diferença no interior da administração militar foi percebida entre os governos daqueles considerados mais "linha-dura" e os "moderados", fazendo assim, com que o regime autoritário passasse por ciclos durante a sua permanência no poder. Foi durante o governo dos militares considerados mais "moderados" que o país passou pelo processo de abertura política, uma vez que a eleição de Ernesto Geisel em 1974 representou os indícios de um resistente processo de abertura política (KOONINGS, 2010).

O período de abertura política e o processo de redemocratização ocorreram entre os anos de 1974 e se intensificou durante o governo do General Figueiredo (1979-1985), visto que

> sob Figueiredo um compromisso formal para restabelecer completamente a democracia foi adotado pelo regime, as liberdades civis foram em geral restauradas, a política partidária foi mais liberalizada e o alcance das eleições foi ampliado, levando a importantes avanços da parte da oposição nas eleições de 1982 (KOONINGS, 2010, p.29).

Durante este cenário de abertura política os militares, já desgastados pelos anos no poder do país, buscaram se fortalecer como instituição e se voltaram para sua reorganização e reequipamento, uma vez que tendo em vista o desgaste público pelo qual eles passaram durante os anos no governo do país, eles buscaram se concentrar na "volta aos quartéis" e no melhoramento da sua imagem (ALMEIDA, 2008).

Além do período de Regime Militar, o país também estava passando por um momento de crise econômica, visto que o Brasil vivenciava um período de recessão econômica, essa decorrente das crises que vinham alastrando os países desenvolvidos e em desenvolvimento desde os anos 1970, com as crises mundial do petróleo de 1974 e 1979. Com isso, os resultados para o país foram de queda do PIB, queda na atividade industrial, queda na renda per capita, aumento da taxa de desemprego e elevação da taxa de inflação (ALMEIDA, 2008; MATHIAS, ADÃO, 2013).

Desta forma, via-se que o país estava passando por um ciclo de crises tanto políticas quanto econômicas, fazendo assim com que o ambiente se tornasse favorável a mudanças. É nesse momento de transição política que as Forças Armadas também passaram por modificações internas, sendo uma delas a incorporação feminina ao seu meio. A falta de efetivo masculino[6] foi

[6] A falta de efetivo masculino era decorrente, em sua maioria, pela falta de interesse dos mesmos em seguir carreira militar. Uma das justificativas para tal feito seria tanto a crise econômica quanto a política que o país estava vivenciando (MATHIAS, ADÃO, 2013).

considerada como sendo um dos principais fatores que proporcionou essa mudança, visto que as Forças viram na mulher a "solução" para esse problema (ALMEIDA, 2008; MATHIAS, ADÃO, 2013).

No que diz respeito ao processo de incorporação das mulheres às Forças Armadas no Brasil, Mathias e Adão (2013, p. 151) colocam que "os fatores que explicam essa incorporação, [...], estão intimamente relacionados com democracia e crise, esta última não necessariamente econômica". Sendo assim, foi no meio da crise política e econômica que as mulheres passaram a fazer parte da instituição militar brasileira.

Todavia, um longo transcurso se deu até de fato as Forças permitirem o acesso das mulheres aos seus Corpos e Quadros. Tendo todo esse processo se iniciado em 1975, foi apenas nos anos 1980 que a primeira Força, a Marinha, passou a aceitar as mulheres (ALMEIDA, 2008).

Em consonância com o que se via em países como os Estados Unidos, por exemplo, no qual suas Forças Armadas acabavam de passar por transformação a fim de se tornarem mais profissionais, com a adoção do voluntariado por meio do *All-Volunteer Forces*, sendo estas modificações feitas a partir da admissão das mulheres em seus Quadros; no Brasil, em 1975, "as Forças Armadas brasileiras elaboraram um projeto de lei para abertura da carreira militar às mulheres, tendo sido vetado pela Presidência da República" (ALMEIDA, 2008, p.3).

Em 1979 um novo projeto de lei foi proposto pelo então Senador Orestes Quércia. Esse projeto tinha como proposta a admissão das mulheres, em caráter voluntário, nas Academias Militares de ensino superior do país, ou seja, seria por este meio que as mulheres passariam a fazer parte das escolas militares que davam acesso aos principais postos e funções da instituição militar. Segundo o Senador, este seria o "acesso mais 'justo' em comparação ao acesso via serviço militar obrigatório" (ALMEIDA, 2008, p. 3). A justificativa para a adoção desse projeto de lei seria a de que o país precisava caminhar em direção ao que era visto nos demais países, que seria a busca por uma maior profissionalização das suas Forças[7]. Todavia, este projeto também foi rejeitado pelo governo do país (ALMEIDA, 2008).

A Marinha, por sua vez, em 1980 por meio do então ministro da Marinha do governo do General Figueiredo, o Almirante-de-Esquadra Maximiano da Fonseca, criou o Corpo Auxiliar

[7] Essa profissionalização das Forças Armadas (FFAA) se refere a profissionalização citada no Capítulo 1 deste trabalho. As Forças Armadas passaram por um processo de profissionalização militar ao longo dos anos 1970, sendo explicado por Moskos (1977) como sendo o direcionamento das FFAA ao modelo Ocupacional.

Feminino da Reserva (CAFRM) mediante a lei nº 6.807/1980. Foi através da criação deste Corpo Auxiliar que as mulheres passaram a fazer parte da instituição militar, no qual elas atuariam nas áreas técnicas e administrativas (ALMEIDA, 2008). Todavia, é importante entender qual foi a real motivação que levou a Marinha a permitir o acesso das mulheres no seu meio.

Segundo coloca Almeida (2008), o principal objetivo da Marinha na inclusão das mulheres seria, inicialmente, o de preenchimento de vagas, tendo como consequência a "abrangência social" que tal inclusão iria causar. Ou seja, a admissão da mulher em seus Quadros era vista mais como uma vantagem para a solução do problema relacionado a falta de pessoal qualificado do que propriamente o interesse de incluí-las ao meio.

Com a falta de efetivo para complementar o quadro militar e a busca das mulheres por ocuparem cargos que antes era fechado a elas, as Forças Armadas por meio do voluntariado passou a aceitá-las em seu interior. Para a Marinha, está sendo a primeira a aceitar o efetivo feminino, o Corpo Auxiliar lhe interessava e servia como "mais valia", visto que era exclusivamente feminino, deixando assim, os homens livres para atuarem e assumirem novas missões em alto mar. Ou seja, as mulheres passaram a ocupar os cargos administrativos, postos estes que não interessavam tanto aos homens (ALMEIDA, 2008).

A preocupação da Marinha, em relação a falta de efetivo, se estendia ao fato de que esta Força iria inaugurar o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, e não possuía pessoal qualificado suficiente para ocupar os cargos na área da saúde. Com isso, 75% das mulheres que formaram a primeira turma passaram a trabalhar neste hospital (ALMEIDA, 2008).

Não obstante, é importante destacar que as mulheres eram vistas como úteis apenas nos quadros administrativos e da saúde uma vez que eram "compatíveis com a constituição biotípica do sexo feminino" (ALMEIDA, 2008, p.5). Sendo relevante notar que mesmo com a abertura às mulheres, este quadro acabava sendo uma reprodução da divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres só poderiam ocupar cargos que condissesse com a sua condição biológica. Isto é, os quadros de combate continuavam sendo restrito aos homens, e as mulheres só poderiam ocupar os cargos e funções de apoio, estas não sendo às atividades fim da instituição militar (MATHIAS, ADÃO, 2013).

Adão (2007) coloca que a "incorporação feminina seria tanto uma forma de compensar o desinteresse masculino pela profissão, quanto uma maneira da instituição adequar-se às novas

exigências sociais" (MATHIA, 2005, p.3, *apud*, ADÃO, 2007, p.7). Ou seja, a Marinha usava do tokenismo, sendo isto entendido como:

> trata-se da utilização restritiva de atributos ditos femininos para construir uma imagem institucional que minimize as possibilidades de ser caracterizada como discriminadora, ou no caso em tela, de ser associada à imagem anterior de desprestígio e rigidez (PUPPIN, 2001, *apud*, ALMEIDA, 2008, p. 8).

Esta posição apenas retrata a forma como as mulheres eram vistas e tratadas, sendo a sua presença nas Forças Armadas como uma forma de "suavizar" a visão negativa que a sociedade estava tendo do meio militar (ALMEIDA, 2008)

É com base nesta ideia, de que as funções que as mulheres militares inicialmente exerciam apenas reproduziam os discursos sociais que limitavam a atuação feminina a estereótipos, que Mathias e Adão (2013, p.164) colocam que

> a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário [...], abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural.

Sendo assim, entende-se que o processo de incorporação feminina às Forças Armadas brasileiras combina os fatores de crise econômica e política, uma vez que foi durante o processo de redemocratização política que tal fenômeno aconteceu. E "diferente da maioria das outras profissões, [a inserção feminina às Forças Armadas] não é consequência de reivindicações femininas. Ao contrário, ela é conquistada apesar da ausência do interesse civil pelas questões militares" (MATHIAS, ADÃO, 2008, p.289).

Todavia, assim como coloca Segal (1999), em sociedades mais igualitárias, com um discurso mais presente de equidade entre homens e mulheres, a representação delas nas Forças Armadas é maior. Sendo assim, é necessário fazer uma breve análise dos movimentos feministas que surgiram no Brasil ao longo do período de Regime Militar, e tentar entender como este movimento teve impacto indireto na luta pelas mudanças políticas da época, bem como no processo de inserção da mulher ao meio castrense.

2.2. O papel da mulher na sociedade e os discursos de gênero

O movimento feminista contemporâneo ascendeu nos Estados Unidos no final dos anos 1960 e perpetuou na Europa nos anos 1970 e nos demais países ao longo das duas décadas subsequentes. Um movimento que apresentava diversas frentes de lutas e um multiculturalismo tinha como característica em comum o papel de desafiar o patriarcalismo presente nas sociedades. O feminismo, com isso, buscava romper a dominação masculina e (re)definir a identidade da mulher (MANSBRIDGE, 1995, *apud*, CASTELLS, 1999).

No Brasil, o movimento feminista também conquistou adeptos e destaque no cenário nacional. Foi durante a década de 1970 que esse movimento passou a se perpetuar em alguns dos movimentos sociais liderados pelas mulheres. Assim como era visto nos demais países, no Brasil esse movimento era caracterizado por uma variedade de vertentes, sendo as lutas das mulheres concentradas em uma dupla militância: as relacionadas às questões políticas e a outra nas lutas específicas de gênero. Segundo Céli Pinto (2003, p. 10) "o feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular".

Caracterizado como sendo um "feminismo mal comportado", o movimento dos anos 1970 no Brasil foi considerado mais radical do que aquele visto no final do século XIX e início do XX (até a década de 1930)[8]. O feminismo dessa época buscava lutar tanto contra a dominação masculina quanto contra as questões políticas como, por exemplo, o regime militar (PINTO, 2003). Ou seja, foi no contexto de crises econômicas e democráticas, e de construção de novos modelos sociais que se iniciou o feminismo dos anos 1970 no Brasil (MELO, SCHUMAHER, 2000).

A ideia de que "o pessoal é político" (HANISCH, 1969), que ganhava notoriedade nos movimentos norte-americanos, também teve impacto aqui no Brasil, visto que esse pensamento trazia para a discussão a quebra da dicotomia do público-privado no qual as mulheres estavam inseridas. Com isso, as mulheres passaram a se inserir cada vez mais nas pautas políticas que vinham ganhando destaque no país. Logo, via-se que as mulheres buscavam romper com os papéis de gênero historicamente construídos, uma vez que elas contestavam os sistemas políticos e

[8] Céli Pinto (2003) coloca que o feminismo no Brasil passou por uma trajetória de duas fases, sendo a primeira o "feminismo bem-comportado", esse sendo visto no final do século XIX até os anos 1932 e que tinha como objetivo a luta pelo direito ao voto. A segunda fase foi aquela caracterizada como sendo o "feminismo mal comportado" e que teve início nos anos 1970. Esse feminismo atuou de forma mais "radical" e tinha como fim a luta contra o regime ditatorial e a relação de dominação masculina em relação a mulher.

culturais vigentes na sociedade (SARTI, 1998; COSTA, 2005). “Ousar adentrar o espaço público, político, masculino, por excelência foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar” (COLLING, 2004, p.7), sendo esse um dos motivos pelos quais tanto a esquerda política quanto a direita eram contrários a esses movimentos. Sarti (1998) coloca que enquanto a direita via esse movimento como imoral e perigoso, a esquerda entendia e via como sendo um reformismo burguês.

Segundo Colling (2004, p. 8)

> A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos.

Desta forma, as mulheres iam aos poucos rompendo a dicotomia que as colocavam em posição de submissão na sociedade, buscando a ideia de igualdade entre os gêneros, bem como elas iam de encontro ao autoritarismo político (COSTA, 2005).

O movimento feminista foi importante na busca por direitos de cidadania e igualdade, bem como eram contrário a supremacia masculina e as formas de opressão, uma vez que essa supremacia e dominação era considerada simbólica, mas se perpetuava como sendo a dominação natural na sociedade. A luta contra o regime militar também foi considerada uma das principais frentes deste movimento, visto que atuava como resistência, essa sendo entendia pela busca da liberdade, dado que o regime tinha extinguido as manifestações públicas e os direitos dos cidadãos (NICHNIG, 2007; SILVA, 2007; MATHIAS, 2009).

Destarte, o feminismo dos anos 1970 no Brasil também foi caracterizado como sendo interclasse e interpartidário, uma vez que a luta era geral e de todas. É importante também destacar a sua singularidade, uma vez que esse se distinguia dos movimentos que vinham ocorrendo tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. No feminismo brasileiro se destacou o movimento de bairro, uma vez que as mulheres se empenharam em tratar, além de temas sociais, da busca por melhorias nas infraestruturas urbanas básicas, ou seja, elas buscavam transformar toda a sociedade (SARTI, 2004).

Costa (2005, p. 14) coloca que “o feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar constituindo novos espaços públicos democráticos, ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no

Estado". Percebia-se assim, que as mulheres buscavam emancipação tanto nos ambientes domésticos quanto públicos.

As mulheres almejavam uma maior autonomia frente às imposições da sociedade, sendo essas em relação aos termos organizativos e ideológicos perante aos partidos políticos e outras organizações (COSTA, 2005). Essa autonomia também estava baseada na maior liberdade das pessoas frente aos conceitos pré-estabelecidos nas sociedades. Com isso, o movimento feminista defendia a busca pela identidade, considerando a igualdade entre os gêneros fundamental (NICHNIG, 2007). Assim, entende-se que "o movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico" (COSTA, 2005, p. 2).

Vários grupos de mulheres que defendiam a autonomia também lutavam por uma "ampliação da cidadania e do direito à sexualidade, e aspiravam afirmar a identidade feminina, diferenciando-a das visões que pretendiam sobrepor as lutas gerais da sociedade à especificidade da condição feminina" (MELO, SCHUMAHER, 2000, p. 231). Segundo coloca Nichnig (2007, p. 5)

> Os movimentos feministas propunham a construção de um novo modelo comportamental, levantando questões como a violência, a busca por melhores condições de saúde, o direito ao corpo, ao prazer, ao acesso ao poder, entre outros e, principalmente, a igualdade entre os gêneros, em todos os sentidos e em todos os âmbitos.

Ou seja, além de lutarem pelos seus direitos reprodutivos, pelo direito ao corpo e as questões ligadas à sexualidade, as mulheres também buscavam condições mais igualitárias no trabalho e uma maior atuação na esfera pública (NICHNIG, 2007). Sendo assim, "essa participação feminina nas várias esferas da sociedade altera as relações de poder no mundo do trabalho, da educação e de todas as outras áreas em que se insere" (ANTUNES, 2017, p. 6).

Essa busca por maior profissionalização e acesso às universidades era visto como forma de ganhar independência e autonomia frente às imposições da sociedade (NICHNIG, 2007). Com isso, Mathias e Adão (2013, p. 149-150) colocam que "a inserção da mulher no mercado do trabalho é vista como mecanismo essencial para assegurar-lhe autonomia financeira e social".

É também importante destacar que essa luta feminina estava entre os enfoques para a desconstrução social do que era ser mulher e homem, bem como o papéis sociais que cada um representava na sociedade, uma vez que essa relação de poder que existe entre os homens e as mulheres "não é um fato natural, mas [sim] uma relação social construída e incessantemente

remodelada" (COLLING, 2004, p. 5). Com isso, as feministas buscaram romper com as ideias tradicionais da sociedade, que viam a mulher como frágil e incapaz de desenvolver determinadas atividades ou profissões (SILVA, 2007).

Sendo assim, observa-se que as mulheres que atuavam nos movimentos feministas da segunda metade do século XX buscavam romper com os padrões pré-estabelecidos socialmente, aqueles que limitavam a sua atuação ao doméstico e à esfera privada. A busca pelos mesmos direitos, de acesso às universidades, ao mercado de trabalho e a profissões que até então eram excludentes a sua presença, bem como a busca pelo direto do seu corpo estavam entre as pautas defendidas por essas mulheres. Todavia, a luta delas não parava apenas na militância relacionada às questões específicas de gênero. A maior inserção das mulheres nos debates políticos, no enfrentamento ao regime autoritário até então vigente no país também estavam entre as pautas pelas quais elas lutaram. Com isso, percebe-se que o discurso de gênero estava presente na sociedade brasileira, fazendo com que os temas relacionados a essa temática fossem debatidos nas principais esferas da sociedade (COSTA, 2005).

2.3. Análise das Mulheres em cada uma das Forças

A falta de uma política de Estado e de ações coordenadas fez com que o processo de incorporação das mulheres ao meio militar não fosse uniforme, esse mudando de acordo com cada Força. Este processo foi considerado lento e gradual, uma vez que dependia dos interesses internos de cada Força, bem como da forma que se via e percebia a necessidade da inclusão da mulher ao meio (GIANNINI, 2014).

A Marinha, como já mencionado, foi a primeira a incorporar de forma institucional e regulamentar as mulheres ao seu meio, sendo essa por meio da criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (lei nº 6.807) em 1980. A intenção de melhoria da imagem perante a sociedade durante o processo de redemocratização foi um dos fatores centrais para que ela permitisse o acesso feminino aos seus quadros. As mulheres que entraram no Corpo Auxiliar atuaram nas áreas técnicas e administrativas, reproduzindo assim, a divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres só deveriam ocupar funções que fossem tradicionalmente desempenhadas por mulheres (ALMEIDA, 2008).

A Aeronáutica, tendo como base a Marinha, em 1981 criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (Lei nº 6.924), sendo em 1982 a entrada delas na Força. As mulheres poderiam, com isso, fazer parte tanto do Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO) quanto do Quadro Feminino de Graduados da Reserva da Aeronáutica (QFG) (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017). Segundo coloca Santos (2009, p. 6), "a mulher foi requisitada buscando suprir a deficiência de pessoal nas áreas técnicas e administrativas". Ou seja, mais uma vez ocorria a reprodução da divisão do trabalho baseado em aspectos de gênero.

Foi apenas dez anos depois que o Exército, em 1992, institucionalizou a entrada das mulheres ao seu meio. Em 1989 foi criado o Quadro Complementar de Oficiais, por meio da Lei nº 7.831, que dava o direito, mediante aprovação em concurso público, das mulheres fazerem parte da Escola de Administração do Exército (EsAEx), atualmente chamada de Escola de Formação Complementar (EsFCEx), mas foi apenas em 1992 que ocorreu a matrícula institucionalizada das primeiras 49 mulheres na Escola (SANTOS, 2009). Todavia, assim como ocorreu com as demais Forças, as mulheres foram destinadas a ocuparem cargos no setor administrativo e complementar (LANNES, 2008).

Quadro 1 - Admissão das Mulheres nas Forças Armadas

Admissão das Mulheres nas Forças Armadas			
Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Ano de Admissão	1980	1992	1982
Quadro/Corpo	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha	Quadro Complementar de Oficiais	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
Marco Legal	Lei n. 6.807, de 1980.	Lei n. 7.831, de 1989.	Lei n. 6.924, de 1981.

Fonte: Almeida (2015, p. 13).

Em ambas as três Forças, às mulheres eram impostos os padrões socialmente construídos e que limitava a sua atuação no meio militar às áreas técnicas e administrativas. Como coloca Takahashi (2002, p. 132):

> Os procedimentos adotados pelas três Forças para a admissão das mulheres são semelhantes, inicialmente elas foram inseridas em quadros "temporários", "complementares" e de "reserva", desempenhando funções administrativas e ligadas à saúde, diferentemente dos homens, que podem se dedicar àquelas consideradas mais "nobres" na instituição militar, ligadas ao setor operacional e aos cargos de comando. Isto equivale dizer que elas foram admitidas desde que limitadas a algumas funções consideradas de "natureza" feminina, não podendo ocupar funções ligadas ao combate ou aquelas que exigem longos períodos longe do lar.

Sendo assim, a princípio, a inserção das mulheres foi restrita aos serviços do Corpo e Quadro Auxiliar, sendo aqueles desempenhados por homens e mulheres que cursaram graduação no mundo civil e depois eram incorporados ao serviço militar, este podendo ser de carreira ou temporários, como é o caso de médicos, cirurgiões dentistas, nutricionistas, professores, enfermeiros, psicólogos, entre outros (TADIN, LIMA, 2015).

Todavia, a incorporação da mulher como combatente se deu apenas no final do século XX, uma vez que para atuar na linha de combate é necessária a formação nas Academias Militares – no caso do Exército, na Academia Militar das Agulhas Negras; na Marinha, a Escola Naval; na Aeronáutica, a Academia da Força Aérea (TADIN, LIMA, 2015).

Quadro 2 - Admissão de mulheres nas Academias Militares das Forças

Admissão de mulheres nas Academias Militares das Forças			
Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Escola de Formação	Escola Naval (EN)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
Ano da Admissão	2015[9]	2018	1996
Corpos, Armas, Serviços, Quadros e Especialidades.	Intendência	Intendência Material Bélico	Intendência Aviação

Fonte: ALMEIDA, 2015, p. 13.

É importante também destacar que inicialmente a entrada das mulheres nas Academias militares ocorriam por meio de quotas, uma vez que para facilitar o acesso delas ao meio era

---

[9] Segundo exposto no estudo de Almeida (2015, p.13) o ano de admissão das mulheres na Escola Naval foi 2015, todavia, segundo consta nos documentos da Marinha, o ano de admissão das mulheres na Escola Naval foi 2014.

importante que elas não disputassem vagas diretamente com os homens, mas apenas entre elas. Todavia, com o tempo mudanças foram feitas e na AFA, por exemplo, a entrada delas passou a ser unificada e sem quota. No concurso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, que ocorreu em 2016, bem como na Escola Naval, as quotas para as mulheres ainda permaneceram (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Sendo assim, diante da falta de uniformidade da incorporação das mulheres às Forças Armadas, faz-se necessário uma breve análise deste processo em cada uma das três Forças, a fim de se analisar as especificidades de cada uma delas.

2.3.1. Mulheres na Força Aérea

Na Força Aérea há mais de três décadas as mulheres participam da vida militar. Um ano após a criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), que ocorreu 1981, 150 mulheres foram absorvidas na turma Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, para os cargos de psicólogas, enfermeiras, analistas de sistemas, assistentes sociais, fonoaudiólogas, nutricionistas e biblioteconomistas (BRASIL, 2012b, p. 152).

A Força Aérea foi a primeira das Forças a abrir vagas para mulheres em cargos militares. Em maio de 1995 foi lançado um Aviso Ministerial (nº 006/GM3/024) que permitia a inscrição e matrícula de mulheres no Curso de Formação de Intendência. Segundo o então ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, alguns aspectos deveriam ser levados em consideração diante tal abertura às mulheres, sendo eles:

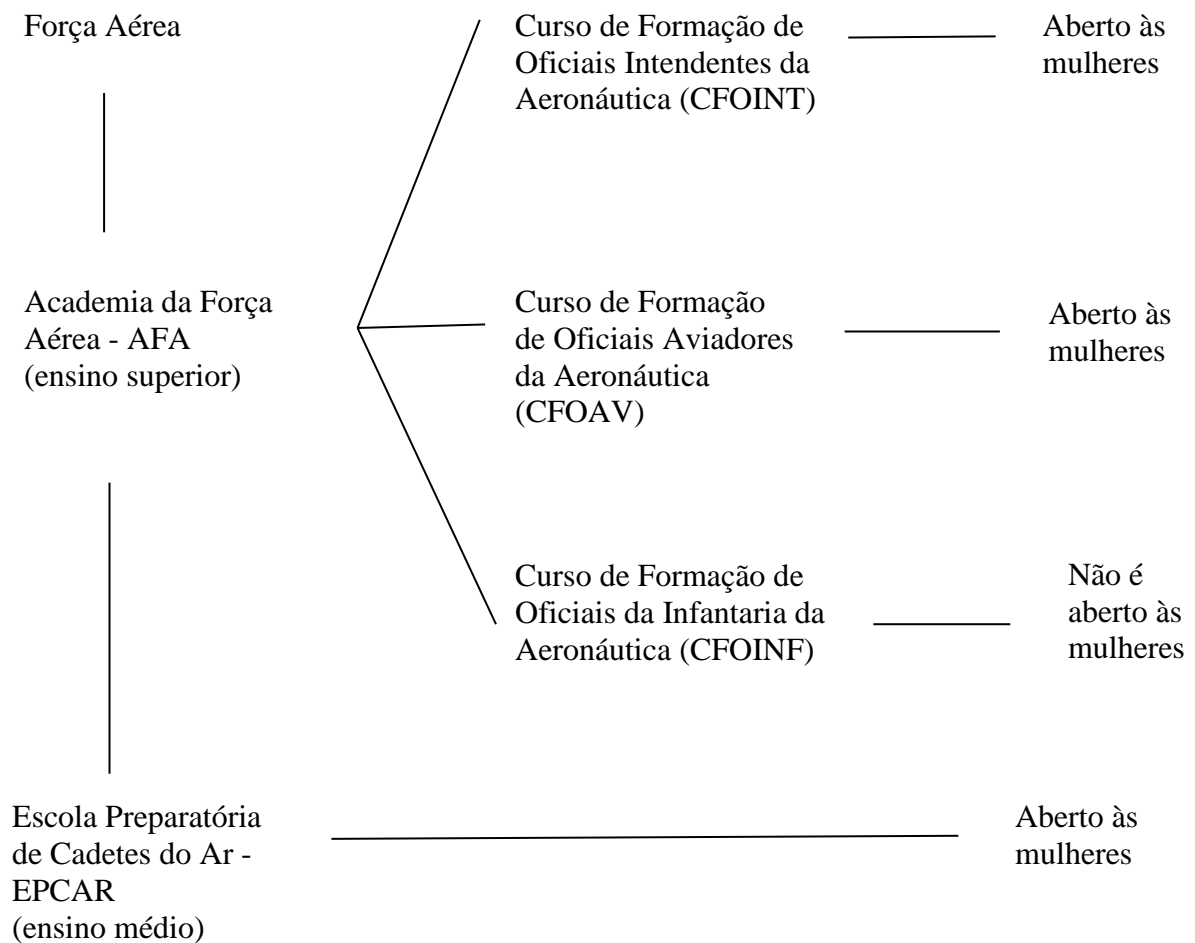
> O mandato constitucional de que homens e mulheres são iguais em direitos, obrigações e oportunidades; o fato de que a mulher vem aumentando sua representação na sociedade - devido à maior participação no exercício de atividades econômicas e administrativas e o aproveitamento da mulher no desempenho de papel cada vez mais significativo na Aeronáutica (TAKAHASHI, 2002, p. 135).

Sendo assim, percebia-se a importância que as mulheres vinham desempenhando no meio civil, e que a inclusão delas ao meio militar poderia surtir efeitos positivos. Esse posicionamento da Força Aérea apenas justificava a teoria defendida por Mady Segal (1999), de que uma sociedade mais aberta à equidade de gênero maior seria a participação militar das mulheres, bem como quanto mais abertas as profissões civis, mais oportunidades elas teriam nas Forças Armadas.

Tal ação foi de grande relevância para aquelas que tinham o objetivo de seguir a carreira militar, uma vez que o acesso permitido a elas para entrarem na Academia da Força Aérea (AFA) significou um avanço na história, visto que mulheres e homens passariam a receber as mesmas instruções no curso de formação de oficiais de carreira, fazendo assim, com que elas tivessem a possibilidade de atingir o generalato desta Força (TAKAHASHI, 2002).

Em 1996 a Força Aérea Brasileira (FAB) admitiu a entrada das mulheres no Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica (CFOINT), sendo esse Quadro destinado a carreira administrativa da FAB. 534 cadetes formaram o primeiro esquadrão da AFA de 1996, sendo eles divididos entre: 358 aviadores, 127 intendentes e 49 infantes, sendo desses 127 intendentes 17 mulheres. Ainda em 1996, as mulheres puderam ingressar no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), ampliando assim, a presença delas na Aeronáutica. Em 1999 ocorreu a formação da primeira turma da AFA que contava com a presença de mulheres (D'ARAUJO, 2003; GIANNINI, 2014; FREITAS, 2017).

Em 2003 mais uma mudança foi feita dentro da Academia, sendo essa o ingresso da primeira turma de mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). A abertura deste Curso às mulheres significou um avanço para a presença e permanência delas dentro da Força Aérea, visto que as mulheres passaram a ser aceitas na atividade-fim da instituição (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017). Com isso, as mulheres teriam a autorização para ingressar na arma de combate da FAB, dando a elas a possibilidade de atuarem em "situação de combate como pilotos de caça, helicópteros e aviões de transporte de carga" (GIANNINI, 2014, p. 13).

Figura 2 - Participação feminina na AFA e na EPCAR da Força Aérea Brasileira

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas no site da Força Aérea Brasileira (2018).

"No ano seguinte (2004) foi realizado o primeiro voo solo da Cadete-Aviadora Fernanda Göertz, tornando-se a primeira mulher a realizar um voo solo em uma aeronave de instrução militar [o T-25]" (DORNELLES, 2016, p. 22), e em 2006 ocorreu a formação da primeira turma de mulheres aviadoras militares brasileiras. Todavia, mesmo com todos esses avanços, a incorporação feminina na Força Aérea ainda não é efetiva, uma vez que Curso de Formação de Oficiais da Infantaria da Aeronáutica (CFOINF) é excludente a presença feminina (SANTOS, 2009).

Em 2015, o efetivo militar total da FAB era de 69.093 militares, sendo desse quantitativo apenas 9.322 mulheres, ou seja, 13,78% do total (3.537 oficiais e 5.785 praças)[10]. Em 2017, o efetivo de mulheres militares saltou para 11.320 (mais de 15% do total do efetivo) [11] (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017). Mas, mesmo a porcentagem da presença das mulheres sendo bem mais baixa do que a dos homens, é na FAB que se encontra a maior participação feminina, tendo o número de oficiais do segmento feminino saltado “de 3.662, em 2003, para 9.299, em 2012. A Aeronáutica é, atualmente, a Força Armada que registra a maior participação feminina em seus quadros – inclusive, em postos de destaque, como pilotos de caça” (BRASIL, 2015).

A atuação das mulheres como pilotos de caça da FAB é um fato que merece destaque, visto que esta posição é uma das mais importantes dentro das Forças Armadas. Almeida (2015, p. 22) coloca que as mulheres são “orgânica, físicas, intelectual e psicologicamente testadas e selecionadas ao extremo, de forma que, se há mulheres no seio desses combatentes, poucos argumentos contrários à entrada delas em qualquer outro meio das Forças Armadas consegue subsistir”.

Com isso, percebe-se a importância que tem as mulheres que fazem parte desta Força. Em 2010, “a 3º Sargento Pollyana Soares de Aredes foi primeira mulher a atirar com uma metralhadora Minigun, de um Helicóptero H-60 Black Hawk” (GGN, 2013, p.1). Em 2011, a tenente-aviadora Carla Alexandre Borges se tornou a primeira mulher aviadora a assumir o comando de uma aeronave de caça de primeira linha da Força Aérea, o modelo A-1 (AMX), enquanto que a tenente Juliana Barcellos Silva, também em 2011, se tornou a primeira mulher a assumir a função de instrutora, essa sendo aluna da primeira turma da AFA de 2003[12].

Uma mudança que também merece destaque e é importante mencionar diz respeito às mudanças nas escolas militares, uma vez que elas passaram a ser abertas às mulheres, proporcionando assim, maior adaptação feminina ao meio militar. A partir de 2017 foi permitido o ingresso das mulheres nas Escola Preparatória de Cadetes do Ar, fazendo assim, com que ocorra

[10] Dentro do militarismo, existem duas categorias: os Oficiais e as Praças. Basicamente, os primeiros exercem tarefas estratégicas, de planejamento e os segundos executam. As carreiras entre eles se distinguem principalmente pelo grau de instrução que cada um possui. Os Concursos Públicos para Oficiais são aqueles que exigem o ensino superior e para as praças, os níveis fundamental, médio ou médio/técnico. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=faq/qual-diferen%C3%A7a-entre-um-oficial-e-uma-pra%C3%A7a>.

[11] Dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa (2017), pelo SIC, sendo o mês de referência abril/2017.

[12] DEFESANET. Mulheres estão cada vez mais presentes nas Forças Armadas Brasileiras. 2013. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/9978/Mulheres-estao-cada-vez-maispresentes-nas-Forcas-Armadas-brasileiras>. Acesso em 25/09/2018

melhor desempenho delas na AFA. Para ingressar nas academias militares as mulheres entravam apenas por meio dos concursos públicos, o que resultava em impactos negativo dentro das Academias, uma vez que os ingressantes do meio civil são considerados “PQD” (em referência a “caiu de paraquedas”), visto que não possuem as mesmas aptidões físicas daqueles que já vinham das escolas militares. Sendo assim, a possibilidade das mulheres irem para a Escola Preparatória é um fator positivo e que possibilita um melhoramento no desempenho das mesmas dentro da AFA (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

2.3.2. Mulheres na Marinha

Sendo a pioneira das três Forças, as mulheres passaram a integrar na Marinha brasileira em 1980 por meio da lei nº 6.807[13]. De forma voluntária elas deveriam realizar atividades técnicas e administrativa no Corpo Auxiliar (CAFRM). Em 1997, todavia, ocorreu uma mudança significativa, sendo essa a aprovação da lei nº 9.519, que extinguiu o CAFRM, incorporando assim, as mulheres militares na estrutura de Corpos e Quadros da Marinha para Oficiais e Praças, “aumentando-se as atividades das mulheres e tornando sua presença no Serviço Naval um fator ponderável na preparação adequada da Marinha do Brasil” (CMAR, 2018, p.1)[14], permitindo assim, o acesso das mulheres ao Corpo de Saúde, de intendentes e de Engenheiros Navais. Essa mudança também possibilitou a participação feminina em missões nos navios hidrográfico, oceanográficos e de guerra, bem como integrar na tripulação de helicópteros da Marinha (D’ARAUJO, 2003; GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

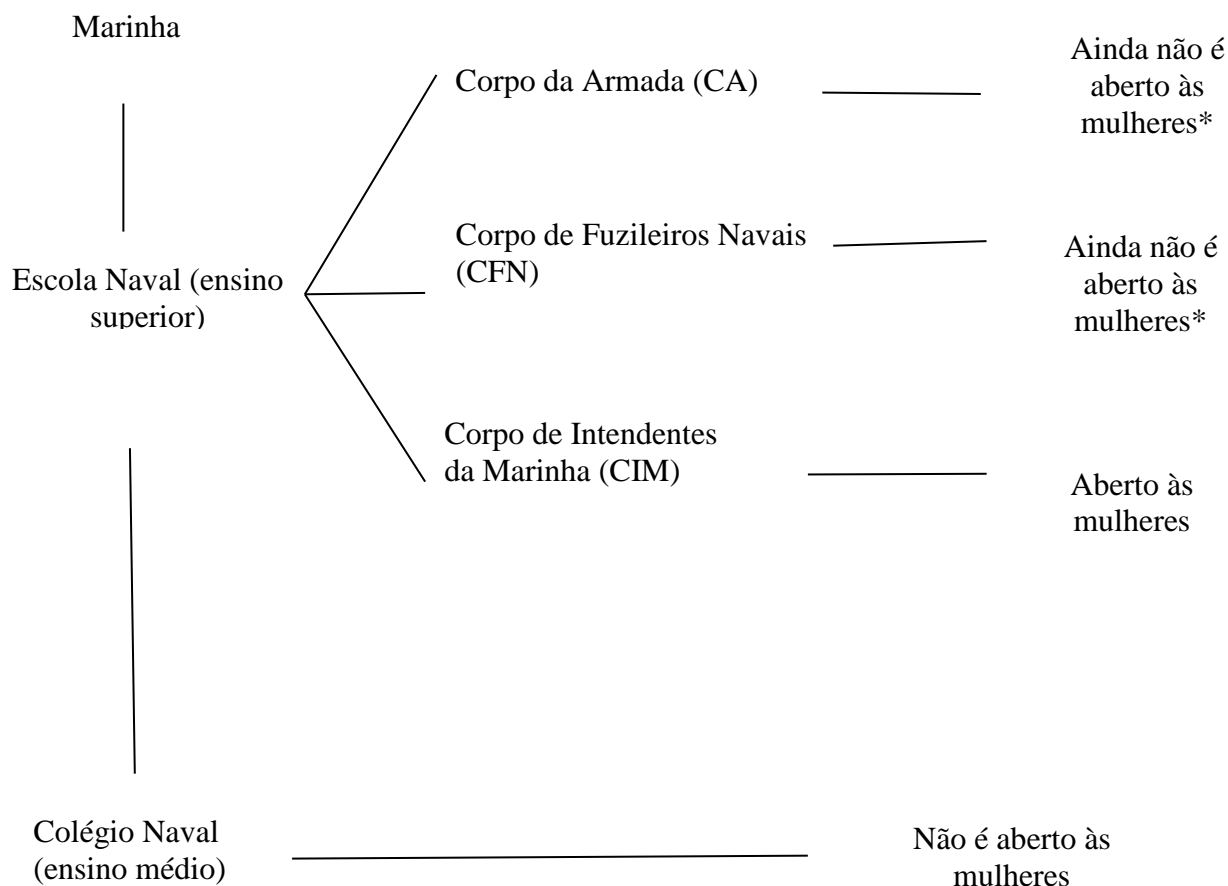
Foi por meio da lei nº 12.704 de 2012 que ocorreram mudanças nos requisitos para o ingresso na carreira militar na Academia Militar da Marinha. A Escola Naval é a instituição de ensino superior da Marinha que tem como missão “formar oficiais para os postos iniciais das carreiras dos Corpos da Armada (CA), Fuzileiros Navais (CFN) e Intendentes da Marinha (CIM)” (MB, 2018, p.1). Foi apenas após a sanção desta lei que o ingresso das mulheres na Escola Naval foi permitido, sendo em 2014 a entrada da primeira turma com mulheres. As vagas oferecidas a elas se restringiram ao cargo de Intendência, ou seja, ligados a área administrativa da Marinha,

[13] A Lei nº 6.807 (de 1980) foi revogada pela Lei nº 7.622 (de 1987), que por sua vez também foi revogada, sendo pela Lei nº 9.519 (de 1997).

[14] Dados disponibilizados pelo Comando da Marinha (CMAR) (2018), pelo SIC, sendo o mês de referência julho/ 2018. Os mesmos dados também se encontram no site oficial da Marinha. Disponível em< https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha>. Acesso em 25/09/2018.

fazendo assim, com que as mulheres fossem excluídas da área operativa (TADIN, LIMA, 2015; MB, 2018).

Segundo o Comando da Marinha (2018, p. 1), “as mulheres têm participado de missões operativas em variadas situações, ora compondo o Estado-Maior de Comando da Força, ora atendendo às necessidades das áreas técnicas de sua formação”. Posto isso, considerando essencial a participação das mulheres em seu meio, a Marinha sancionou a lei nº 13.541 em 2017, no qual permite o ingresso, de ambos os sexos, a ascensão a todos os postos de Oficial-General nos Corpos e Quadros que o possuem (CMAR, 2018).

Figura 3 - Participação feminina na Escola Naval e no Colégio Naval da Marinha Brasileira

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas no site da Marinha Brasileira (2018)

Com isso, a previsão é de que em 2019 as mulheres possam fazer parte também da área operativa, essa por meio do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Desta forma, a participação das mulheres dentro da Marinha tende a crescer, visto que atualmente elas atuam apenas nas atividades logísticas de saúde e de apoio, mas sem serem inseridas no confronto direto (TADIN, LIMA, 2015; CMAR, 2018). Diante essa busca pela mudança, as mulheres "poderão participar das atividades preparatórias e dos exercícios que se destinam, efetivamente, ao combate, como integrantes do Corpo da Armada, para os combates navais, e do Corpo de Fuzileiros Navais, para os combates de terra após desembarques vindo do mar" (CMAR, 2018, p.2).

Em 2015, 6.922 mulheres militares faziam parte da Marinha, sendo esse valor dividido em 3.197 Oficiais e 3.725 Praças, o que correspondia a 10.08% do efetivo total militar desta Força (BRASIL, 2015). Este número subiu para 8.079 (aproximadamente 13-14% do total), em 2017[15]. No ano de 2018, o efetivo feminino Oficiais é de 3.256 militares, sendo esse dividido em 1.746 militares de carreira e 1.540 militares temporários, enquanto que o número total de mulheres Praças é de 4.402 (3.024 militares de carreira e 1.378 militares temporários) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017; CMAR, 2018)

A primeira mulher a ocupar o cargo de oficial-general das Forças Armadas do Brasil foi a capitão-de-mar-e-guerra Dalva Maria Mendes, sendo a sua nomeação para o posto de contra-almirante. A contra-almirante Dalva Mendes é médica da Marinha e entrou nesta Força na primeira turma do Corpo Auxiliar Feminino de Oficiais, em 1981. Atualmente, Dalva Mendes exerce o cargo de diretora da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, na Tijuca, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2014b). A sua nomeação, pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012, mostra o aumento da participação e da importância das mulheres dentro das Forças Armadas.

Outro caso que merece destaque na Marinha é o da 1º Tenente que se tornou fuzileira[16]. Antes mesmo da lei nº 13.541 ser aprovada em 2017, a Marinha já contava com uma mulher combatente no seu efetivo, sendo essa a 1º Tenente Auxiliar Fuzileiro Naval (AFN) Débora Ferreira

---

[15] Dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa (2017), pelo SIC, sendo o mês de referência abril/2017.

[16] A 1º Tenente AFN Débora F. de Freitas ingressou no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) em 2004 como segundo-sargento músico. Tendo licenciatura em música pela UNIRIO, a 1º Tenente possuía o pré-requisito necessário (ter o nível superior) para a realização do concurso de oficiais do CFN. É importante destacar que o edital do concurso não possui impedimentos para mulher se inscrever, sendo necessário apenas ser do CFN. Com isso, ela se submeteu ao concurso, em igualdade com os homens, e passou (MB, 2018). Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sinopse/mulheres-no-efetivo-do-corpo-de-fuzileiros-navais-do-brasil>. Acesso em 10 nov. 2018.

de Freitas, uma vez que ela foi a primeira mulher a prestar concurso público para o quadro oficial auxiliar do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), tornando-se assim, a primeira combatente. A 1º Tenente também já realizou, em 2016, o Curso de Especialização em Guerra Anfíbia, esse habilitando os oficiais fuzileiros navais a combater em pelotão de infantaria. Esses resultados só mostram o quanto é importante tratar do tema, bem como traz à tona a ideia de que o desempenho operacional independe de gênero (MB, 2018).

2.3.3. Mulheres no Exército

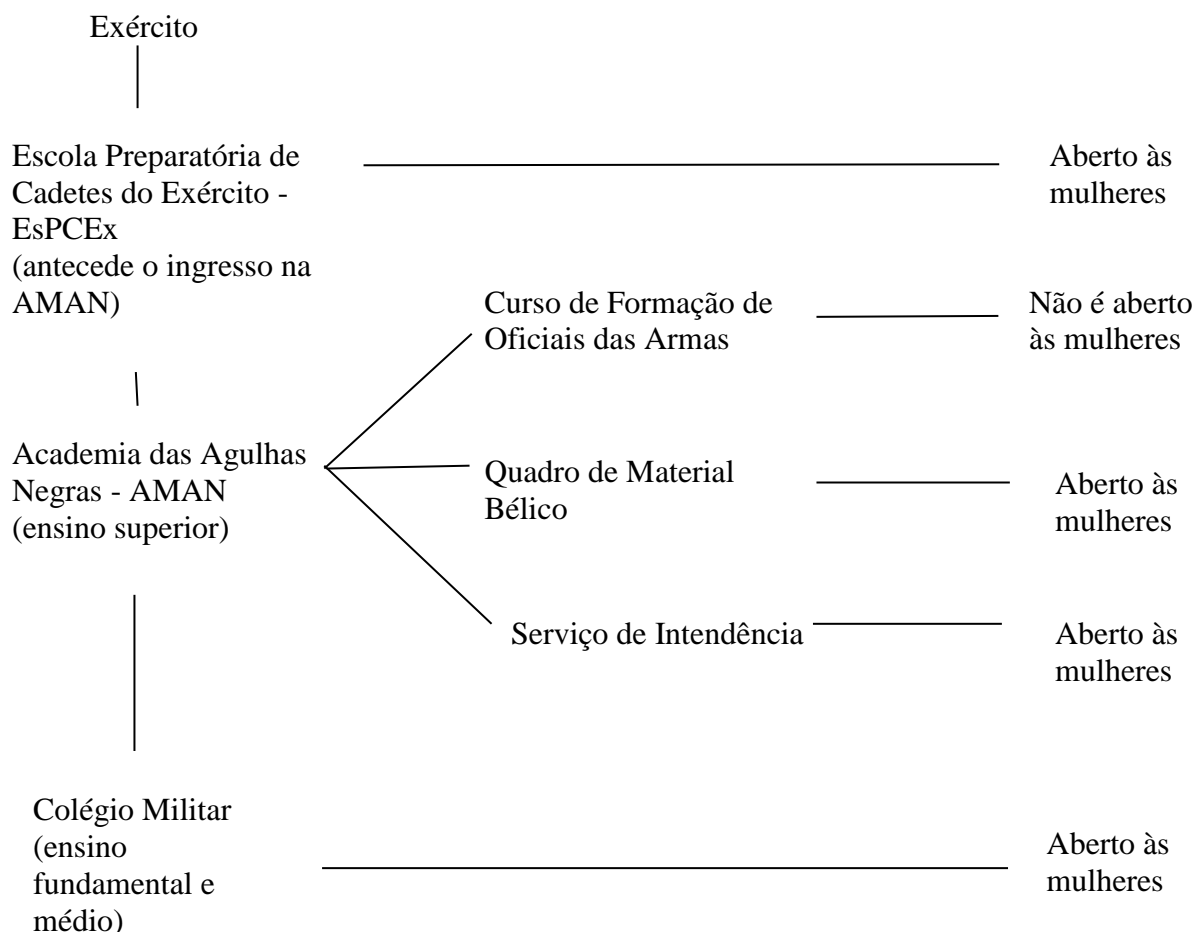
Maria Quitéria de Jesus é considerada a primeira mulher brasileira a participar de um combate, uma vez que ela lutou pela manutenção da independência do Brasil e também foi a primeira mulher a assentar em uma praça da unidade militar. Mas, foi durante a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1943, que as mulheres passaram a ingressar "oficialmente" no Exército Brasileiro, uma vez que foram enviadas 73 enfermeiras, sendo 67 enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transportes aéreos, a hospitais do Exército Norte-Americano, por meio do Quadro de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (QEERE). (LANNES, 2008). Todavia, é importante notar que elas ocupavam cargos voluntários e que após a 2º Guerra Mundial, elas foram condecoradas e se licenciaram dos serviços ativos militares (BRASIL, 2012).

Entretanto, no contexto de pós-redemocratização (anos 1980), período no qual a entrada das mulheres passou a ser regulamentada (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017), o Exército foi a última das Forças a permitir a inserção das mulheres nos seus efetivos militares, esse sendo feito por meio do Quadro Complementar de Oficiais, segundo a Lei nº 7.831, de 1989. No ano de 1992, 49 mulheres adentraram, por meio de concurso público, na primeira turma de formação da Escola de Administração do Exército, em Salvador (BA). Em 1996, o Exército instituiu o serviço militar voluntário para as mulheres na área da saúde, sendo os cargos disponíveis para médicas, farmacêuticas, dentistas, enfermeiras, entre outras.

No ano seguinte (1997), foi a vez do Instituto Militar de Engenharia (IME) permitir o acesso feminino, ocorrendo assim, a matrícula com a primeira turma mista, essa contando com a presença de 10 alunas para o Quadro de Engenheiros Militares (QEM). Ainda em 1997, "a Escola de Saúde do Exército (EsSEx) matriculou e formou a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias de nível superior para o Quadro de Saúde do Exército" (BRASIL, 2012,

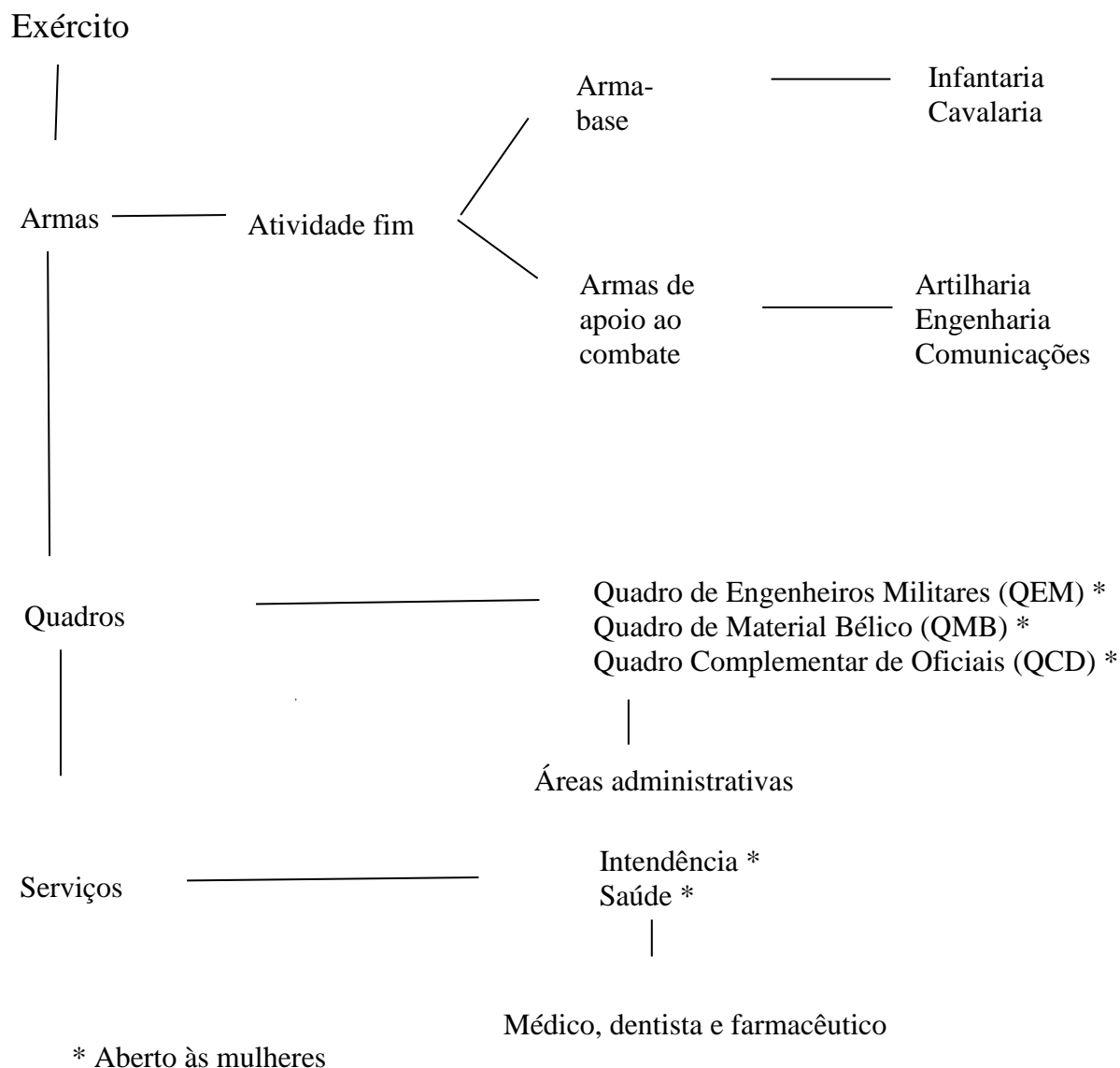
p. 132-133). A Escola de Saúde, por meio do Curso de Formação de Sargentos da Saúde do Exército, em 2001 permitiu o acesso feminino para compor seu efetivo (GIANNINI, 2014).

Todavia, percebe-se que a presença das mulheres no Exército Brasileiro por muito tempo foi limitada a atuação em funções administrativas, técnicas e da área da saúde. A admissão feminina no ensino bélico, na formação de militares de carreira do Exército só veio a ocorrer no ano de 2017, por meio da Lei nº 12.705/12. No ano de 2016 foram abertas as inscrições para o concurso do Exército permitindo o ingresso das mulheres como cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no Rio de Janeiro. Foram disponibilizadas 40 vagas para as mulheres nos Quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência, fazendo assim, com que elas tivessem a chance de alcançar o posto mais alto da instituição, visto que é por meio da AMAN que se pode chegar aos cargos de comando do Exército Brasileiro (FORÇA TERRESTRE, 2016).

Figura 4 - Participação feminina no EsPCEx, AMAN e Colégio Militar do Exército Brasileiro

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas no site do Exército Brasileiro (2018)

Para serem admitidos na AMAN é necessário passar pelo concurso de admissão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). A EsPCEx é a escola de ensino militar do Exército destinada a selecionar e preparar os jovens para o ingresso no curso de formação de Oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico ou do Serviço de Intendência. Sendo assim, os alunos deverão passar um ano em treinamento na EsPCEx até poderem entrar na AMAN como cadetes, para concluírem os próximos quatro anos de formação como oficiais do Exército (FORÇA TERRESTRE, 2016). Com isso, no início de 2017, adentrou na EsPCEx a primeira turma com a presença de mulheres, para no ano de 2018 elas incorporarem no efetivo da AMAN. Mas, é importante ressaltar que de acordo com o regimento interno do Comando do Exército, apenas os Cargos de Material Bélico e de Serviço de Intendência estarão disponíveis para as mulheres, excluindo assim, a presença delas das atividades fins do Exército[17] (ALMEIDA, 2015, p. 21).

Figura 5 - Participação feminina nas Armas, Quadros e Serviços do Exército Brasileiro

[17] Analisar a figura 5 que retrata a participação feminina no Exército Brasileiro. As Armas (atividade fim da Força) não é aberto às mulheres

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas no site do Exército Brasileiro (2018)

No quadro do Exército de 2015, 6.009 era o número de mulheres militares, sendo este subdividido em 4.295 oficiais e 1.714 praças, o que corresponde a apenas 3,2% do efetivo militar desta Força (BRASIL, 2015). Em 2017 o efetivo total das mulheres representa apenas 4% do total da Força, sendo em termos numéricos 9.560 mulheres militares (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017) [18].

---

[18] Dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa (2017), pelo SIC, sendo o mês de referência abril/2017.

2.4. Conclusões Parciais

Diante do que foi exposto percebe-se que a inclusão feminina nas Forças Armadas brasileiras não seguiu uma uniformidade, visto que cada Força foi incorporando-as ao seu meio de acordo com a sua visão sobre a mulher militar. Todavia, deve-se levar em consideração que, em um primeiro momento, o que motivou tal fenômeno foi a ideia de melhoramento da imagem perante a sociedade civil.

O contexto histórico que proporcionou esse processo foi marcado por crises, sejam essas políticas e econômicas. O processo de redemocratização e as crises econômicas que vinham alastrando os países foram fundamentais para tal feito. O cenário pelo qual o Brasil estava vivenciando favoreceu a integração feminina ao meio militar, integração essa que foi marcada pela divisão sexual dos trabalhos, uma vez que as funções e as posições que as mulheres iriam desempenhar e ocupar apenas reproduzia a divisão tradicional dos papéis desempenhados por homens e mulheres, no qual as mulheres iriam exercer funções "tradicionalmente" femininas.

Com o efetivo reduzido e a falta de interesse do público masculino para ocupar os cargos militares, as Forças, inicialmente pela Marinha, buscou incorporar as mulheres ao seu meio por meio do Corpo Auxiliar Feminino, essa como forma de "mais-valia", uma vez que deixaria livre os homens para exercer as funções fim da instituição, enquanto que as mulheres atuariam nas áreas técnicas e administrativas.

É relevante também destacar a importância dos movimentos feministas dessa época, uma vez que eles buscaram romper com a visão tradicional que se tinha sobre as mulheres, de que o seu ambiente era o privado e o doméstico, bem como lutaram pelo fim do regime autoritário até então vigente no país.

Autoras como Mathias e Adão (2013), por exemplo, colocam que o fator democracia e crises é que foram os centrais na análise da entrada das mulheres ao meio militar e que as lutas feministas acabaram não tendo muito resultado nesse processo, visto que as funções destinadas às mulheres acabavam reproduzindo as divisões do trabalho que seguiam estereótipos. Todavia, é importante ressaltar que os movimentos atuaram de forma indireta em todo esse processo, uma vez que as mulheres buscavam romper com as ideias que as limitavam pelo simples fato delas serem mulheres.

Segundo coloca Segal (1999), quanto maior a discussão de gênero na sociedade civil e mais abertas forem as oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho mais impactos positivos

terá para as mulheres que buscam seguir a carreira militar. Ou seja, a discussão de gênero é fundamental, visto que por meio da busca delas por uma maior profissionalização e acesso ao mercado de trabalho, mas elas poderiam passar a ocupar cargos e funções que antes eram restritas apenas aos homens, sendo uma delas a carreira militar.

A ocupação inicial delas nas Forças Armadas, mesmo reproduzindo as funções que seguiam estereótipos foi fundamental, pois representava uma mudança internas nas Forças que permitiam o acesso delas ao seu meio. Moskos (1977) coloca que as Forças Armadas dos países estavam passando por transformações e, com isso, seguiam o caminho do Modelo Institucional para o Ocupacional. No modelo Ocupacional, as Forças Armadas tenderiam a seguir a ideia vista nas sociedades civis, de uma maior abertura e modificações, bem como uma maior profissionalização do seu efetivo. Foi seguindo essa tendência que as Forças Armadas passaram a incorporar em seu meio as mulheres, sendo essa incorporação com o caráter de voluntariado. Sendo assim, via-se que as Forças Armadas brasileiras buscavam se adequar às novas exigências sociais e com isso acabava seguindo os moldes apresentados pelas principais Forças Armadas do mundo, que seria a aceitação das mulheres para compor o seu efetivo mesmo elas ingressando ao meio militar de forma voluntária.

3. OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER MILITAR

No Brasil, a entrada regulamentada das mulheres nas Forças Armadas só veio a ocorrer em 1980 com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e só foi após trinta e oito anos (1980-2018) que elas passaram a ingressar na Academia das Agulhas Negras (AMAN), Academia essa que dá acesso aos militares atuarem na linha de combate do Exército.

Como foi visto no Capítulo dois deste trabalho, a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras não é total, uma vez que ainda existem limitações para elas nos quadros de combate, seja nas atividades fins da Marinha e do Exército, seja no quadro de Infantaria da Aeronáutica. Diante tal cenário, de exclusão à presença delas nas atividades de combate direto, fez-se necessário uma análise dos fatores considerados limitantes para a presença delas, ou seja, é importante entender antes de tudo quais barreiras que elas enfrentam enquanto militares.

Sendo assim, o presente capítulo tem como objetivo tratar dos temas relacionados aos desafios e barreiras enfrentados pelas mulheres militares brasileiras. Com isso, o capítulo buscará elucidar o conceito de identidade, bem como o discurso por trás das limitações impostas às mulheres, uma análise dos mitos e dos desafios que circundam a presença delas no meio militar e, por fim, o debate em torno da "feminização" das Forças Armadas.

3.1. A identidade profissional e o espírito de corpo

A noção de identidade e de pertencimento é importante quando se analisa as Forças Armadas, uma vez que essa instituição tem como pilar a ideia de disciplina e hierarquia, valores norteadores das relações que ocorrem dentro da caserna (TAKAHASHI, 2002). Segundo Jaques (2015, p. 22) "a identidade é o conceito que cada indivíduo tem de seu corpo no espaço, em relação ao meio social e intelectual". Ou seja, a identidade é o reconhecimento sobre quem você é e o espaço que você ocupa na sociedade ou meio ao qual pertence.

De acordo com Dubar (2005, apud, JAQUES, 2015), a identidade é tipificada de acordo com um processo biográfico e um processo relacional, isto é, da forma como o indivíduo diz ser e o modo como os outros a enxerga, respectivamente. Ou seja, "a identidade é um processo de construção e reconstrução, dentro do mundo social" (ibidem, p. 22). Sendo assim, entende-se que a identidade e a forma como o indivíduo se percebem está em constante transformação, essa podendo se modificar de acordo com cada grupo no qual se está inserido.

É por meio desta ideia que se tem que a identidade pode ser construída, uma vez que ela pode se manifestar "nas relações de trabalho, nas atividades coletivas de organizações, nas representações sociais desse campo, ou seja, na manifestação de uma identidade profissional, que remete a uma identidade social" (JAQUES, 2015, p. 23).

"A identidade profissional adquire uma importância na construção identitária do indivíduo, pois ela legitima o reconhecimento da identidade social e atribui o status social" (DUBAR, 2005, p. 156, apud, JAQUES, 2015, p.24). Essa identidade profissional é vista, por exemplo, no meio militar, uma vez que os indivíduos inseridos na caserna acabam adquirindo características semelhantes e que os formam como militar.

Celso Castro (2004, p. 15), a partir de um estudo realizado na Academia das Agulhas Negras (AMAN), coloca que os cadetes passam por "um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados a vida militar", e é nesse processo de socialização que eles acabam adquirindo um "espírito de corpo" e com isso se tornam militares. Ou seja, percebe-se que o "tornar-se militar" é o resultado de um processo de convivência entre os cadetes das Academias militares, fazendo assim, com que eles adquiram um *ethos* militar (HONORATO, 2016).

"A noção de *ethos* militar relaciona-se ao 'modo de ser' dos militares e às suas tradições culturais" (ANTUNES, 2017, p. 2), fazendo assim, com que eles possuam uma maneira de agir característica deles. Esse *ethos* "é considerado um termo genérico, relativo ao caráter cultural e social de um grupo ou sociedade. *Ethos* designaria os traços que diferenciam um grupo social de outro" (ibidem, p.2).

Esse processo de socialização faz com que os militares adquiram um *ethos* e se vejam como diferentes dos civis, uma vez que seus costumes e valores passam a ser condizentes com o meio no qual vivem. Os militares acabam adquirindo uma identidade de grupo que se caracteriza como isolada da sociedade, todavia ela continua inserida no contexto na sociedade nacional (LEIRNER, 1997).

Percebe-se assim que "a identidade é uma construção política e cultural" (HALL, 2007, *apud*, ANTUNES, 2017, p.4), no qual pode estar em constante modificação, visto que as mudanças dos padrões podem ser decorrentes do processo de globalização, por exemplo, esse causando uma alteração na estrutura societal. Ou seja, ocorreram mudanças nas sociedades que foram favoráveis a alteração de papéis, principalmente os ditos femininos e masculinos, permitindo assim, com que

as mulheres passassem a fazer cada vez mais parte do mercado de trabalho, da vida pública e de posições até então restritas a elas (ANTUNES, 2017).

O ambiente militar é considerado, por exemplo, uma esfera a qual a presença feminina vem se tornando cada vez mais recorrente. As mudanças na sociedade, mudanças culturais, políticas e econômicas foram favoráveis para uma maior inserção delas no meio castrense. Todavia, como o perfil feminino muitas vezes não é assimilado ao cenário militar, ocorre um estranhamento com a presença delas, visto que o "ser mulher", em alguns casos, se sobrepõe ao fato de "ser militar". Ou seja, tem-se que "a presença de mulheres nas Forças Armadas mostra que seu reconhecimento no grupo militar opera, antes de mais nada, sobre a sua condição de 'ser mulher'" (SILVA, 2007, p. 8).

Essa difícil assimilação dos militares homens para com as mulheres parte do pressuposto que a presença delas, em alguns casos, quebra a coesão do grupo e do "espírito de corpo", uma vez que a visão estereotipada das mulheres frágeis e fisicamente menos resistentes guia as discussões e as visões que se tem delas. Essa quebra da coesão também é justificada pelo fato das mulheres estarem ocupando um cargo ou exercendo uma função que antes não lhes pertenciam, ou seja, elas estão atuando em uma profissão tradicionalmente masculina e isso é tido como prejudicial ao bom funcionamento do corpo (ADÃO, 2007). Segundo Takahashi (2002, p.196), os homens julgavam que

> Elas "amolecem" o ambiente, são mais competitivas, mais difíceis de se doutrinar, não conseguem se impor quando no comando, "brincam" de fazer educação física, recebem tratamento diferenciado, são "acochambradas", "pegam" só "boca-rica" e apresentam menos espírito de corpo do que os homens.[19]

Todavia, "quando as mulheres assumem posturas que caracterizam a profissão militar e não se refugiam em identidades frágeis que necessitam de cuidados especiais, elas são alçadas à condição de cadetes e, portanto, militares, pelos companheiros" (TAKAHASHI, 2002, p. 217). Com isso, percebe-se a importância delas serem vistas como militares acima do fato de serem mulheres, visto que a identidade militar deve se sobrepor a identificação do gênero para elas serem aceitas (TAKAHASHI, 2002).

Observa-se assim, que a presença das mulheres ao meio militar é marcada por estereótipos e desafios, uma vez que elas não são consideradas naturalmente como parte do meio e a sua

[19] Segundo os jargões militares "acochambrar" seria relaxar, vagabundear; e "boca-rica" uma missão boa.

presença causa um certo estranhamento e resistência por parte dos militares homens. Sendo assim, no próximo tópico serão expostos os discursos e os mitos por trás das limitações as mulheres, a fim de se melhor entender as barreiras que as mesmas ainda enfrentam.

3.2. O discurso e os mitos por trás das limitações às mulheres

"A guerra e a organização militar são temas que associam, numa complexa trama individual e institucional, variáveis biológicas, psicológicas e sociais" (BATTISTELLI, 1999, p.47). É no campo dessas variáveis que os discursos e os mitos que circundam as mulheres militares estão inseridos. A visão social e cultural, bem como o fator biológico e o psicológico estão entre as principais justificativas daqueles que se mostram contrários a presença feminina no meio militar, uma vez que colocam os homens e as mulheres como diferentes de acordo com estas variáveis. Sendo assim, uma breve análise destes fatores torna-se fundamental para entender os desafios que as mulheres militares enfrentam, visto que, como já citado, a ideia do "ser mulher" guia os principais debates sobre a mulher militar.

Em 1995 ocorreu em Pequim a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, intitulada "Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz". Nesta Conferência, que teve como resultado a Declaração de Pequim, três inovações dotadas de potencial transformador da sociedade foram implementadas, sendo elas: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

Segundo a Declaração de Pequim (1995, p. 149),

> O conceito de gênero passa de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificações.

Ou seja, percebe-se que a forma como a mulher é vista em sociedade passa de uma análise do aspecto biológico para o social, com isso, o papel tido como feminino acaba sendo fruto de padrões determinados socialmente e esses podem sofrer alterações.

Gênero, segundo Scott (1989, p. 2), "refere-se à organização social da relação entre os sexos". O termo "gênero" foi usado pelas feministas norte-americanas que buscavam "insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (SCOTT, 1989, p.3), ou seja, pretendia-se ir de encontro com as ideias que pregavam o determinismo biológico deste termo. Buscava-se com isso, trazer a ideia de que "gênero" não era sinônimo de "mulher", mas sim um

termo que deveria ser utilizado para “distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1989, p. 7). Com isso, tem-se que

> Gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas [...]. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (ibidem, p.7).

Desta forma tem-se que o gênero é um conceito socialmente construído e esse, por consequência, é diferente do termo “sexo”, que diz respeito à natureza biológica. Todavia, ocorre uma assimilação entre os dois termos, fazendo assim, com que o “gênero”, em alguns casos, seja limitado pelo “sexo”, uma vez que gênero é entendido como uma categoria social imposta a um corpo em função do seu biológico (SCOTT, 1989; RAMOS, 2012; VIDEIRA, 2015).

As visões que se tem das mulheres são fruto de estereótipos criados socialmente, esses por sua vez, presentes em meios no qual persiste a ideia da dominação masculina. Bourdieu (2010) coloca essa dominação masculina como sendo uma dominação simbólica presente nas sociedades, no qual ocorre uma naturalização dela, fazendo assim, com que ocorra uma violência simbólica entre os gêneros. Ou seja, essa dominação exerce uma força entre os indivíduos, força essa que não necessita de violência física, visto que ela é “uma violência doce e quase invisível”. Essa dominação está baseada na ideia da superioridade do masculino, visto que ele é símbolo da virilidade e da honra, enquanto que a mulher é destinada o papel de agente passivo. Tem-se com isso, uma construção hierarquizada da posição que cada um ocupa na sociedade, uma vez que se fundamenta das diferenças entre os corpos biológicos para legitimar tal ação (SILVA, 2006). Bourdieu (2010, p.33) coloca que

> Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos.

Percebe-se assim, que a naturalização que se dá às divisões sociais entre os gêneros parte do pressuposto das diferenças biológicas entre eles, fazendo assim, com que o feminino seja atribuído a ideia de frágil e indefeso, enquanto que ao homem é conferido o papel de líder e guerreiro (SILVA, 2006). De acordo com Bourdieu (2010, p. 33) essa ideia “legitima uma relação

de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada".

Essa visão que se tem das mulheres é fruto de uma construção social, histórica e cultural, no qual é perpetuada entre gerações, formando-se assim, estereótipos sobre as mulheres. Conforme afirma Amossy (2011, p. 125, *apud*, ANTUNES, 2017, p. 3), "a estereotipagem é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado".

Os papéis e funções desempenhados pelos gêneros acabam seguindo esses rótulos, fazendo com que ocorra uma divisão sexual do trabalho, no qual verifica-se "uma subordinação da mulher no domínio do político, do econômico e do simbólico" (SILVA, 2006, p. 5). Segundo Bourdieu (2010, p. 34), "as regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinalando-lhes lugares inferiores". Às mulheres eram destinadas apenas às atividades que condizem com seu físico, biológico e psicológico, como ocorreu, por exemplo, na inserção inicial das mulheres nas Forças Armadas brasileiras, no qual as mulheres vieram a ocupar apenas os cargos nas áreas técnicas e administrativas, visto que eram as funções que condizem com sua realidade de mulher (MATHIAS, ADÃO, 2013).

Essas limitações impostas às mulheres partem também da ideia de que o gênero trata das relações entre os sexos e que "na aparência a guerra, a diplomacia e a alta política não tem explicitamente a ver com essas relações" (SCOTT, 1989, p. 7-8). Ou seja, desde sempre temas relacionados com a vida pública eram destinados aos homens, enquanto que as mulheres diziam respeito às atividades relacionadas ao lar e ao doméstico.

Esse entendimento foi visto nas sociedades ocidentais por volta do século XVIII-XIX e conforme coloca Laqueur (2001) ocorreu uma "estética da diferença anatômica". Ou seja, foi a construção de uma imagem da mulher que buscava legitimar a sua diferença biológica para com o homem, todavia, essa diferença seria colocada na inferioridade da mesma. Na busca da mulher para ocupar cargos públicos, surgiu essa noção das diferenças naturais e biológicas entre os sexos, fazendo assim, com que as mulheres fossem limitadas às ocupações domésticas. No momento em que essas diferenças se tornaram politicamente importantes elas foram culturalmente construídas e forjadas, a fim de excluir as mulheres das relações de poder vistas e presentes nas sociedades.

Percebe-se assim, que as diferenças entre as posições e funções ocupadas pelos homens e mulheres, na maioria das vezes, é justificada pela biologia e psicologia, uma vez que isenta as mulheres apenas pela noção da aparente fraqueza natural e da vocação maternal que elas têm. De fato, é importante ressaltar que seguindo a fisiologia, as mulheres e os homens apresentam sim diferenças hormonais, essas se manifestando, por exemplo, nas habilidades cognitivas que cada um dos sexos apresenta. Contudo, essas diferenças biológicas não podem ser um determinante e limitante para a atuação das mulheres na esfera pública ou na realização de certas atividades (ROSINHA, 2013; TARDIN, LIMA, 2015).

A busca para limitar a atuação das mulheres era pautada por meio de teorias que pretendiam comprovar a diferença entre os sexos. A ciência da craniometria e da frenologia, por exemplo, buscavam explicar as diferenças entre os sexos a partir da relação do tamanho do cérebro e a pertença sexual, bem como por meio das faculdades mentais, respectivamente. Ambas as teorias buscavam evidenciar a inferioridade das mulheres, colocando-as como dominadas pelos instintos e emoções, diferentemente dos homens que era possuidores da inteligência superior (POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003).

É diante tal argumentos que se observa os mitos que circundam as mulheres e os homens, mitos esses que buscam legitimar as diferenças entre eles. Todavia, "o conceito de natureza feminina é o produto de um contexto sócio-histórico particular e que a aparente inferioridade feminina não é mais do que um pretexto para manter a mulher numa relação de passividade-dependência relativamente ao homem" (MILL, 1869, *apud*, POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003, p. 214).

A busca por desmistificar esses mitos e preconcepções vinculadas a imagem das mulheres foi visto, por exemplo, nos movimentos feministas da segunda metade do século XX, uma vez que as mulheres vão tomando consciência do seu papel na sociedade, esses, por sua vez, sendo defendidos pelos princípios democráticos. É importante destacar que "a posição desfavorecida das mulheres é, com efeito, atribuída a expectativas tradicionais estereotipadas, partilhadas pelos homens e internalizadas pelas mulheres" (POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003, p.216). Com isso, a busca das mulheres por redefinir sua imagem era favorável para desmistificar as imagens que se tinham sobre elas.

A apresentação de tais argumentos, discursos e mitos é fundamental para tentar entender os principais desafios que as mulheres enfrentam enquanto militares, visto que embasados em tais

pensamentos se mostram as limitações e barreiras enfrentadas por elas, fazendo assim, com que sua participação nas Forças Armadas acabam sendo restritas, na maioria das vezes, a cargos que compactuam com as visões limitadas que se tem sobre elas.

3.3. Os desafios enfrentados pela mulher militar

O conceito de teto de vidro

> Descreve uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres à níveis mais altos na hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função de seu gênero, e não pela inabilidade de ocupar posições no topo da hierarquia organizacional (STEIL, 1997, p.62-63).

Esse fenômeno do teto de vidro, de que as mulheres são impostas barreiras apenas pelo fato delas serem mulheres é algo corriqueiro na vida delas, uma vez que mesmo sendo sutil acaba sendo resistente e persistente. A busca das mulheres para romper essa barreira não é algo recente, mas vem se desenrolando ao longo da história, sendo a marca dos movimentos feministas do século XX um dos principais motivadores para tal fim (STEIL, 1997).

A visão que se tem das mulheres segundo estereótipos constitui um dos principais desafios enfrentados por aquelas que optam por seguir a carreira militar. Silva (2007, p.5) coloca que "as mulheres encontram suas maiores limitações na carreira militar, sobretudo em razão de sua aparente 'fraqueza física' e vocação maternal". Sendo assim, dá para perceber que a questão física e biológica foi, e continua sendo, um dos principais argumentos daqueles que são contrários à entrada delas nas Forças Armadas, bem como um dos principais pontos que limitam as mulheres a ocuparem cargos de combate.

A ideia da fragilidade física das mulheres "gira em torna da capacidade ou falta desta para suportar esforços físicos prolongados" (OLIVEIRA, 2015, p.33). Ou seja, elas eram vistas como sendo o "sexo frágil" e a sua presença no meio militar poderia afetar o bom funcionamento das operações, uma vez que não sendo atividades "naturalmente" dispostas a elas poderiam prejudicar o andamento das mesmas (D'ARAUJO, 2003; ADÃO, 2007).

A presença das mulheres na caserna era tida como incompatível, visto que esse ambiente era considerado "naturalmente" masculino, fazendo assim, com que ocorresse dificuldade na adaptação delas. A visão que os cadetes masculinos tinham em relação a elas era de que as mulheres

estavam ocupando um lugar que não lhes pertenciam, resultando assim, em um desconforto e estranhamento na convivência de ambos os sexos (D'ARAUJO, 2003; ADÃO, 2007; OLIVEIRA, 2015).

Esse estranhamento em relação a presença feminina foi visto, por exemplo, entre as primeiras cadetes no Curso de Intendência da Academia da Força Aérea (AFA). "As cadetes sofreram os impactos do pioneirismo, mas esforçaram-se ao máximo para que sua condição de mulher não fosse sobreposta à de cadete" (SANTOS, 2009, p. 7). Todavia, mesmo com esse esforço por parte das primeiras cadetes a sobreposição do fato de "ser mulher" acabava prevalecendo. Segundo coloca Silva (2007, p. 8) "a presença das mulheres nas Forças Armadas mostra que seu reconhecimento no grupo militar opera, antes de mais nada, sobre sua condição de 'ser mulher'".

De acordo com Carreiras (2013, p. 482), "as características físicas das mulheres são, portanto, vistas como limitando as suas capacidades para o desempenho de diversas tarefas militares, sobretudo as relacionadas com o combate", uma vez que "a menor resistência e capacidade física das mulheres reduz a sua capacidade de trabalho" (ibidem, p.482). Tem-se com isso, a visão de que as características físicas e psicológicas das mulheres as limitavam aos cargos administrativos, técnicos e de apoio no meio militar, uma vez que esses não demandam a necessidade da força física (SANTOS, 2009).

Essa ideia parte do pressuposto de que existem profissões tradicionalmente masculinas e femininas, uma vez que elas partem da suposição de "vocação". Tem-se como exemplo a inserção das mulheres na Marinha brasileira no Corpo Auxiliar, esse com o objetivo de inserir a mulher ao meio militar, todavia, eram destinados apenas os quadros auxiliares e técnicos, uma vez que esses postos condizem com a estrutura biotípica delas (ALMEIDA, 2008; VIDEIRA, 2015). Esses posicionamentos eram baseados na ideia de que "a própria anatomia sugeria que o espaço da rua, da guerra, da coisa pública era destinado aos homens; enquanto às mulheres cabia o lar, o espaço privado e doméstico" (MATHIAS, ADÃO, 2013, p. 153). Ou seja, ocorria a reprodução da imagem da mulher fazendo os afazeres domésticos, enquanto que os homens, os públicos.

Esse exemplo parte do pressuposto de que existem funções destinadas especificamente a cada gênero, com isso, as Forças Armadas acabam reproduzindo os modelos tradicionais de divisão sexual do trabalho. "Assim, a ideia de que existem certas profissões tipicamente femininas e masculinas acaba por limitar o acesso de mulheres nas Forças Armadas de forma igualitária"

(TARDIM, LIMA, 2015, p. 77). Com isso, as mulheres deveriam ser destinadas apenas às funções em que o uso da força física não fosse um pré-requisito.

É importante destacar que "o problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha" (HONORATO, 2016, p. 39). Esse problema está presente, por exemplo, nas sociedades que seguem os padrões de dominação simbólica, no qual as funções dos homens e das mulheres já são pré-determinadas e, que cabe aos homens, na maioria das vezes, a escolha e separação dessas funções.

Após a admissão da primeira turma mista na Academia da Força Aérea (AFA), em 1996, um posicionamento dúbio se formou entre os militares homens que já faziam parte da mesma. De um lado aqueles que adotaram um posicionamento mais paternalista, de proteção e cuidado para com as mulheres, e do outro os militares que eram totalmente contrários à presença feminina no meio militar. Todavia, os dois lados se baseavam na ideia da fragilidade feminina, não as vendo com capacidade para assumir tal posto (TAKAHASHI, 2007). Essa noção de que as mulheres necessitam de proteção e do cuidado dos homens vem das concepções extraídas das sociedades, que as colocam como indefesas. As atividades militares, por exemplo, são consideradas os reflexos de masculinidade e de virilidade, com isso, a atuação feminina precisaria de suporte, uma vez que se parte do pressuposto de que essas atividades eram consideradas de risco às mulheres, pois anteriormente eram exclusivas dos homens (OLIVEIRA, 2015).

Este tratamento baseado em estereótipos também foi visto no treinamento realizado pelos militares, uma vez que às mulheres, por serem consideradas fisicamente mais fracas, eram destinadas atividades físicas diferenciadas daquelas exercidas pelos homens. Entretanto, o que se percebe é que esse comportamento acaba prejudicando a presença das mesmas no meio militar, principalmente em relação a visão que os homens têm a respeito das mulheres. Na AFA, por exemplo, ocorreram mudanças na grade curricular após a entrada feminina, sendo o salto em paraquedas excluído do currículo do Curso de Intendência. A principal justificativa foi o aumento das lesões por parte das mulheres da primeira turma, todavia, em 2003, com a abertura do Curso de Aviação as mulheres, o salto em paraquedas voltou para todas as armas (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

O tratamento diferenciado para com elas também foi visto nas salas de aula. Na Escola Naval (EN) a escolha da arma por parte dos aspirantes só ocorre após os dois primeiros anos de curso, ou seja, todos os aspirantes acabam sendo submetidos a mesma grade curricular, uma vez

que a escolha da arma (Intendência, Armada ou Fuzileiro Naval) só vai acontecer depois de dois anos. Todavia, como apenas a arma de Intendência é aberta às mulheres, ocorreu uma mudança no currículo, fazendo assim, com que os alunos desse curso seguissem um plano de aula diferente. Essa diferença foi vista, por exemplo, na exclusão das mulheres das aulas de Física no primeiro ano delas (2014), uma vez que essa disciplina era requisito para as armas na qual elas não poderiam escolher (Armada e os Fuzileiros Navais). Entretanto, percebendo que estavam formando intendentes com formação diferenciada, no ano de 2015 a turma de 2014 acabou pagando supletivo de Física no segundo ano delas na Academia (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Sendo assim, percebe-se que junto à ideia de igualdade está a da desigualdade, pois às mulheres eram exigidos comportamentos diferenciados, bem como acabavam recaindo sobre elas uma maior cobrança, seja nas aulas, nos exercícios físicos ou na conduta (SILVA, 2007). Baquim (2007, p.2) coloca que "é importante sempre reafirmar que a mulher só conquistará uma certa condição de igualdade dentro do militarismo se for submetida às mesmas provas que os homens".

Diante tal questão é importante ressaltar o contraste entre as noções de igualdade, de diferença e de desigualdade. A noção de igualdade e da diferença parte do pressuposto de que tendo-se "em vista algo de ordem das essências: uma coisa ou é igual a outra ou então dela diferente", enquanto que "o contraste entre igualdade e desigualdade refere-se quase sempre não a um aspecto <essencial>, mas a uma <circunstância> associada a uma forma de tratamento" (BARROS, 2005, p. 345, *apud*, RAMOS, 2012, p.14). Ou seja, quando nos referimos a igualdade e diferença estamos tratando de duas coisas que diferem, enquanto que de igualdade e desigualdade nos referimos a forma de tratamento que é diferenciada. Assim como coloca Ramos (2012, p.14)

> Quando se fala em igualdade entre homens e mulheres pretende-se abolir as desigualdades entre eles existentes até que elas sejam verdadeiramente erradicadas, trata-se portanto da busca de um tratamento das possíveis diferenças sem desigualdade, pois aquelas não devem gerar discriminação no tratamento, mas antes serem tratadas de forma igual, dito de outro modo, devemos buscar uma igualdade dentro da diferença.

Ou seja, é necessário respeitar as diferenças sem que essas sejam abordadas de forma diferente. As mulheres e os homens militares, sendo classificados como diferentes, em termos de gênero e sexo, devem ser tratados da mesma forma, visto que buscamos manter as diferenças, sem que ocorra uma punição por esse fato. A busca da igualdade da mulher para com o homem é uma igualdade na forma de tratamento, de respeito, de abertura as oportunidades independentemente do sexo, e não uma igualdade de características (RAMOS, 2012).

Com isso, no meio das barreiras imposta às mulheres, da forma como elas são vistas, acaba se tornando necessário elas provarem, a todo o momento, que elas têm sim capacidade de estar nas Academias Militares. Um exemplo do bom desempenho delas ocorreu em 2007, quando a Aspirante Márcia Regina Laffratta Cardoso, por obter a nota máxima entre todos os estagiários, no curso teórico sobre a aeronave UH-50 Esquilo, foi a primeira da turma a voar o helicóptero, tornando-se assim a primeira mulher brasileira a pilotar um helicóptero militar (BAQUIM, 2007).

Para que não ocorram essas limitações os índices levados em consideração devem ser dos militares e não do gênero. Ou seja, para que ocorra o bom desempenho de uma missão é necessário levar em consideração o indivíduo como militar (DORNELLES, 2016).

Essa ideia parte da presunção da necessidade de se levar em conta a eficiência do indivíduo (seja o masculino ou o feminino) em sobreposição ao gênero, ou seja, é importante que ocorra uma individualização do militar, em relação ao seu gênero, uma vez que "esse processo de individualização contribui, mais que qualquer outra coisa, para o sucesso da integração feminina em tarefas não tradicionais" (MOSKOS, 1993, *apud*, DORNELLES, 2016, p. 31). Essa individualização faz com que ocorra maior aceitação das mulheres ao meio militar, fazendo assim, com que elas sejam vistas como essenciais para o desempenho da função, uma vez que elas serão aceitas pelos seus desempenhos e não pelo seu gênero (DORNELLES, 2016).

Mesmo existindo diferenças entre os sexos é importante ressaltar que "a variabilidade dentro de cada um dos grupos sexuais é superior à variabilidade entre os grupos" (POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003, p. 224). Tem-se com isso, que é mais importante levar em consideração as diferenças individuais em detrimento das diferenças entre os gêneros, visto que "os indivíduos estão a ser julgados pelos atributos do grupo, ou seja, a análise incide sobre diferenças médias sem tomar em conta a variação dentro de cada gênero" (CARREIRAS, 2013, p. 482).

Mesmo diante dessa noção, de que a diferença individual que devem ser levadas em consideração, continua ocorrendo dentro das Academias Militares uma visão estereotipada das mulheres. A ideia de fragilidade que acompanha as cadetes e aspirantes faz com que elas acabem adotando algumas características para serem melhor aceitas no meio. Em alguns casos para conseguirem ganhar espaço dentro das Academias elas acabam tendo que demonstrar características inerentes ao sexo masculino, visto que só assim elas passam a ter mais credibilidade, pois existe uma contraposição das características tidas como femininas e masculinas dentro dos estereótipos de gênero vigentes (ADÃO, 2007).

As mulheres por possuírem traços que ligam a maternidade e a emoção eram vistas como ameaça e prejudiciais ao militarismo, e com isso alguns militares usavam do argumento de que ocorria um "enfraquecimento da Força devido à emotividade feminina; [e] a perda de credibilidade frente às outras Forças" (TAKAHASHI, 2007, p.2).

Com isso, percebe-se um paradoxo ao analisar as mulheres militares, visto que dois tipos de características recaem sobre elas. De um lado elas são vistas como frágeis, que amolecem a missão e que necessitam de cuidados, do outro elas devem possuir características inerentes aos homens para serem bem aceitas (ADÃO, 2007). Ou seja, a ideia de que a mulher alcança o seu pleno reconhecimento quando é vista como sendo parecida com um homem apenas confirma a ideia da reprodução de estereótipos presentes nessa Instituição, uma vez que possuir ou demonstrar um perfil masculino é sinônimo de ser militar. Com isso, percebe-se que o papel da mulher sempre foi marcado por rótulos, e a participação delas nas Forças Armadas sempre "esbarra em um 'nó' difícil de ser desatado, que é o fato da mulher exercer o cargo de comando" (BAQUIM, 2007, p.2). Tem-se com isso que as mulheres militares nunca são vistas apenas como "mulher militar", e sim como "mulher" ou "militar" (SILVA, 2006).

Esse posicionamento dúbio dos militares é confirmado na fala de uma cadete que coloca que "enfim, se você é mulher e feminina é ruim porque você é fraca, se você é forte e parece com um menino é ruim porque você é macho" (SILVA, 2006, p.15). Com isso, julga-se que os militares homens, em alguns casos, não sabem conviver com o diferente, uma vez que sempre buscam fazer com que a mulher adote características que as tornam parecidas com eles (ibidem).

É pertinente acrescentar que a presença feminina ao meio militar também é vista como sendo prejudicial a coesão interna dos militares homens. Existe um receio, tanto por parte dos cadetes quanto da Instituição, de que a presença feminina tenha impactos negativos na eficácia da unidade e na realização de missões, essas baseadas nas características físicas e psicológicas das mulheres. Essa visão, contudo, é baseada na ideia de que as mulheres não apresentam tanto um espírito de corpo, uma vez que elas poderiam "interferir negativamente sobre o tipo de ligação emocional que os homens estabelecem entre si nos grupos militares" (CARREIRAS, 2013, p. 483).

Em entrevistas realizadas pelo Instituto Igarapé nas três Academias Militares brasileiras (Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e a Academia da Força Aérea), percebeu-se, entre os entrevistados, que a questão da capacidade de liderança das mulheres é ainda um tema muito sensível, visto que a percepção que se tem sobre homens e mulheres liderando são

diferenciadas. As oficiais acabam tendo que se esforçar mais que os homens para serem respeitadas e obedecidas, uma vez que sempre surgem dúvidas acerca da sua capacidade de liderar determinadas missões (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

A liderança feminina em alguns casos é questionada, uma vez que parte da ideia de que "quando uma tarefa pertence ao domínio masculino, a performance feminina é depreciada, enquanto que numa tarefa feminina, não há diferença na avaliação da prestação masculina e feminina" (POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003, p. 217). É importante também destacar que "a noção de medo do sucesso começa a designar a ansiedade feminina perante o êxito, sendo o êxito associado à perca da feminilidade, diminuição da autoestima e medo da rejeição social" (ibidem, p.218). Com isso, tem-se que a visão estereotipada acaba tendo impacto na forma como as mulheres exercem sua liderança, uma vez que "no caso de uma tarefa tradicionalmente masculina ser realizada com êxito, atribui-se o sucesso de um homem às suas competências e o sucesso de uma mulher à sorte ou ao esforço" (ibidem, p.2017).

"As cadetes são vistas como pouco capacitadas para as posições de comando e por isso mesmo, a obediência a elas não seria legítima" (ADÃO, 2007, p. 6). As mulheres quererem atuar em posições de comando é visto por alguns homens, como uma "inapropriada inversão de papéis" (ADÃO, 2007, p. 6), uma vez que elas são tidas como incapazes de desempenhar tal função, ou porque o ambiente militar de comando não lhes pertence. Percebe-se que este posicionamento sobre as militares não se repete quando se analisa os postos de administração e logística, uma vez que é mais aceito elas ocuparem tal cargo porque "não necessita" tomarem decisões (ADÃO, 2007). Tem-se assim, que "os obstáculos relacionados ao teto de vidro impedirão, [...], o progresso feminino aos postos de comando e sua visibilidade" (STEIL, 1997, p. 63).

Em relação aos cargos de combate, de ação direta contra o seu oponente, a presença das mulheres continua a sofrer limitações. Na Força Aérea, as mulheres podem atuar na atividade fim, que seria a Aviação, bem como na Intendência, todavia, o Curso de Infantaria ainda é restrito aos homens. Na Marinha, apenas a Intendência é aberta às mulheres, sendo previsto uma abertura a elas nos Corpos de área operativa (o Corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais). No Exército, por sua vez, foi apenas no ano de 2018 que as mulheres passaram a ingressar na AMAN, dando assim, a oportunidade delas atuarem nos quadros bélicos da Força. Contudo, apenas o Quadro de Material

Bélico e o Serviço de Intendência são permitidos a sua inserção, sendo a formação de Oficiais das Armas ainda restrito[20].

Esse receio pela presença feminina nas funções de combate e de contato direto com os possíveis inimigos parte do pressuposto de que "a sociedade ocidental [é] mais tolerante com a agressividade masculina do que com a agressividade feminina" (POESCHL, MÚRIAS, RIBEIRO, 2003, p.221). Ou seja, sempre se espera que as mulheres inibam os seus comportamentos agressivos diante da visão que se tem delas, visão essas que a colocam como frágeis e maternas.

"Observa-se assim, que há uma valorização do papel da mulher nas Forças Armadas, ainda que restrita a certas armas e especificidades. Permanecem dúvidas, porém, sobre a capacidade de mulheres participarem das armas diretamente relacionadas ao combate" (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

3.4. Debate sobre a "feminização" das Forças Armadas

O debate acerca da "feminização" das Forças Armadas (FFAA) não se limitará a visão da análise do caso brasileiro, uma vez que entender o debate que surgem em torno do tema é fundamental para tentar compreender as limitações que as mulheres ainda sofrem nesse meio, visto que a forma como as mulheres participam nas Forças Armadas é limitada pelos estereótipo. Sendo assim, neste tópico buscaremos tratar da conceitualização do termo, bem como mostraremos as visões e os posicionamentos daqueles que se mostram contrários a presença das mulheres ao meio militar, seja por meio de teoria ou de posicionamentos de militares.

Segundo Lombardi (2009, p. 19)

> A expressão "feminização" costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos. Mais do que a análise da expansão feminina por meio de números, a perspectiva teórica subjacente à categoria analítica "feminização" sugere o estudo de mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar a integração de mulheres em profissões ou áreas de trabalho tradicionalmente masculinas.

Ou seja, por meio dessa colocação tem-se que a "feminização" seria o ampliar da participação e da presença das mulheres em ambientes tidos "naturalmente" como masculinos. Esse processo ocorreu, por exemplo, nas Forças Armadas dos principais países, sendo esse processo

[20] Informações retiradas do Capítulo 2 deste trabalho.

acompanhado da crescente profissionalização das mesmas (JAQUES, 2015). Sendo assim, são nas Forças Armadas com características mais profissionais que a presença feminina se torna mais efetiva.

Todavia, mesmo a ideia de ampliar a participação das mulheres nas Forças Armadas ser vista de forma positiva por muitos teóricos, outros se mostram contrários a tal fenômeno. Com isso, o uso do termo "feminização" é vista, majoritariamente, nos trabalhos daqueles que vem a presença feminina no meio militar de forma negativa. Martin van Creveld, por exemplo, é um dos teóricos que mais se mostra contrário a tal participação. Para ele, "a feminização das forças armadas equivale ao seu enfraquecimento e declínio, tornando-as incapazes de cumprir as funções para as quais foram constituídas" (CARREIRAS, 2013, p.482).

Segundo Creveld (2000), a presença feminina nas Forças Armadas pode ser considerada como uma grande ilusão, na qual elas não acrescentam e nem podem ser consideradas como uma vitória ou um ganho, mas sim, que são consideradas parte da causa do declínio do avanço militar. Ou seja, o declínio das FFAA dos principais países se correlaciona com a aumento do efetivo feminino. Sendo assim, a "feminização" deveria ser entendida como um perigo para os militares (CREVELD, 2016).

Pegando como exemplo o caso de Israel, no qual as mulheres também fazem parte do serviço militar obrigatório, Creveld (2016) coloca que um dos fatores que motivou tal causa foram as guerras árabe-israelenses (1973), bem como os movimentos feministas. Esses dois fatores podem ser considerados como os principais motivadores para a obrigatoriedade do serviço militar para as mulheres.

O efetivo militar de Israel vem diminuindo ao longo dos anos, fazendo com que novas medidas sejam adotadas pelo governo. Uma das propostas em pauta seria a de colocar todas as mulheres para servirem no corpo blindado. De acordo com Creveld (2016) essa não seria a melhor solução, visto que o resultado seria o aumento do trabalho para os militares homens, bem como a diminuição da privacidade dentro dos veículos blindados. Outras duas questões também são levantadas pelo autor, sendo elas: o aumento do número de feridos, bem como o aumento das denúncias de assédio sexual. Com isso, a presença feminina é vista apenas como uma doença ou parte dela para as Forças Armadas, mas nunca a cura.

Esse posicionamento de Creveld segue em confluência com os posicionamentos estereotipados, que justificam a não aceitação e participação das mulheres em áreas de combate,

uma vez que pela limitada força física elas não teriam capacidade de executar as atividades e missões, fazendo assim, com que um maior peso recaísse sobre os militares homens. Ou seja, a presença de mulheres nos contingentes de combate apenas afetaria a coesão interna do grupo (D'ARAUJO, 2003; CARREIRAS, 2013).

A ideia de "feminizar" as Forças Armadas é considerada pelos militares como um indício do mau desempenho das mesmas, além de que "não se pode usar as Forças Armadas como laboratório para experimentos de integração social ou de implementação de direitos civis demandados pela sociedade" (D'ARAUJO, 2003, p. 6).

Segundo Creveld (2016, p.1, tradução nossa)

> Quanto mais mulheres entram em qualquer campo profissional, instituição ou ramo de serviço, menos homens permaneceram nelas. Quanto menos homens permanecem, mais seu prestígio e as recompensas econômicas que ele pode comandar serão comprometidos. Quando mais seu prestígio e recompensas econômicas puderem ser comprometidas, menos homens serão atraídos"

Ou seja, a presença feminina no meio militar é vista como desnecessária e constitui uma grande ilusão. Na visão de Creveld (2000), a justificativa para uma inserção feminina, por exemplo, nos anos 1970 pelas Forças Armadas americanas seria mais pela necessidade de aumento de efetivo do que necessariamente pelo fato de quererem elas lá.

O fim da participação dos países em conflitos também seria uma justificativa para a inclusão feminina ao meio militar. Creveld (2000) coloca que ocorreu maior expansão das mulheres nas Forças Armadas dos países que logo depois saíram de guerras. Sendo assim, a imagem das FFAA moderna seria aquela em que as mulheres se fazem presentes, mas essa ocorre, essencialmente, pela falta de interesse masculino em ocupar cargos militares, fazendo assim, com que ocorra uma abertura às mulheres.

Nos Estados Unidos debates sobre essas questões também estão presentes. Debates em relação a inclusão feminina começaram a surgir, tanto no meio civil quanto no militar, uma vez que são questionadas as capacidades femininas para atuarem em combate direto. Um dos principais fatores analisados é o da força física, visto que as mulheres são consideradas menos resistentes para a execução das operações. Segundo, Rice (2015) a coragem e o patriotismo das mulheres não lhes conferiam as habilidades necessárias para servir na infantaria.

A inclusão das mulheres também é vista de forma negativa, uma vez que ocorreria o aumento do custo de recrutamento e de treinamentos das mulheres que passariam a fazer parte das

fileiras militares. Também se coloca que a introdução das mulheres pode prejudicar a coesão da unidade, uma vez que os militares homens são acostumados com a ideia de "irmão de guerra", e a presença feminina pode afetar isto (RICE, 2015).

Por fim, tem-se que as unidades de combate tem necessidades das quais as mulheres não conseguiriam atender, visto que elas não teriam capacidade de atingir os padrões da infantaria. Sendo assim, segundo os críticos, em relação a presença feminina, "não havia nada acontecendo na infantaria que os homens não pudessem realizar e para cuja execução precisem das mulheres" (EDEN, 2015, p. 27).

"Contudo, a questão não é se as mulheres norte-americanas estarão à altura do desafio; a questão é que a guerra moderna requer que as mulheres sejam parte integrantes das Forças Armadas (NICOLAS, 2015, p. 4), uma vez que a elas são destinadas tarefas específicas como, por exemplo, nas equipes de engajamento[21]. Ou seja, percebe-se que a nova estrutura no qual se qualifica os conflitos fazem com que as mulheres sejam essenciais nas missões. Tem-se com isso, que as guerras modernas modificam o papel da mulher em combate, tirando-as do meio meramente auxiliar para a também atuação em combate. É importante ressaltar que "a natureza da guerra moderna requer que as mulheres sejam instruídas e preparadas para ocupar essas funções nas Forças Armadas dos Estados Unidos" (NICOLAS, 2015, p.9).

No Brasil, o debate sobre a "feminização" das Forças Armadas não ficou de lado, esse posicionamento cabendo majoritariamente aos próprios militares. Segundo estudo realizado pelo Instituto Igarapé (2017) fica claro o posicionamento deles em relação ao tema.

No momento em que as vagas deixaram de ser reservadas às mulheres na AFA duas questões foram observadas, sendo elas: o aumento do número de alunas no Curso de Intendência e a diminuição das mesmas no Curso de Aviação. Diante tal questão, foram levantados posicionamentos daqueles que se mostravam contrários a presença das mulheres na aviação, colocando-as como menos habilidosas (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017). Essa percepção é vista, por exemplo, nas falas dos cadetes[22]:

---

[21] Nicolas (2015) traz que nas guerras modernas a participação feminina é essencial, uma vez que elas atuam em tarefas específicas, como, por exemplo, nas equipes de engajamento dos Estados Unidos, a Female Engagement Teams (FEET), em equipes de apoio cultural, nas funções de patrulhamento, entre outras.

[22] A fala dos oficiais militares usada nessa seção foram retirados dos estudos realizados pelo Instituto Igarapé em 2017, no qual foram feitas entrevistas com militares das três Academias Militares (Escola Naval, AMAN e AFA) (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

“Na verdade, a aviação não atrai mulheres. As mulheres, em geral, não gostam muito de pilotar. Preferem funções mais organizativas e são boas comunicadoras”. (Oficial, sexo masculino, AFA)

“Eu constatei que existem diferenças na velocidade de aprendizado. Por exemplo, homem tem habilidade motora mais apurada, mulher tem mais cognitiva”. (Oficial, sexo masculino, AFA)

Em relação a presença feminina nas armas de combate direto o que se percebe é a afirmação de que elas possuem habilidades para as áreas técnicas e administrativas, sendo a presença delas questionadas para as armas-base ou de combate direto (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

“As exigências físicas são altas, é preciso ver a necessidade de submeter a mulher a isso. Não sei se ela aguentaria, é desgastante. Talvez ela possa contribuir mais em material bélico e intendência” (Cadete, sexo masculino, AMAN)

“Mulher se enquadra bem na área logística, capacidade de planejamento, organização, preparar comboio. Melhor empregada neste setor” (Cadete, sexo masculino, AMAN)

“Na nossa área administrativa somos mais inteligentes, sagazes, conseguimos conciliar várias coisas ao mesmo tempo. A mulher se desempenha muito melhor do que o homem nisso. O homem pára para pensar etc., a mulher resolve. Mas, por outro lado, o físico do homem é mais apurado e, dependendo da situação, ele pode ser mais útil”. (Aspirante, sexo feminino, EN)

“Acima de tudo somos militares, e temos que cumprir a missão atribuída independente do sexo. Acho que as mulheres têm umas qualidades e os homens, outras. Em termos de planejamento e logística a gente trabalha bem melhor do que eles”. (Oficial, sexo feminino, AFA)

Alguns temas importantes também aparecem entre as pautas discutidas pelos militares, fazendo assim, com que ocorra diferentes posicionamentos sobre o mesmo. Entre as questões que mais apresentam controvérsias estão as relacionadas: (I) aos valores, habilidade e competências para se militar; (II) os aspectos necessários para uma boa liderança; (III) a adaptação logística e de infraestrutura das Academias para a incorporação das mulheres; (IV) o impacto das mulheres no comportamento de cadetes/ aspirantes e oficiais; e por fim (V) a questão dos relacionamentos, da gravidez e da família (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Seguindo a visão baseada em estereótipos, a questão das habilidades e das competências femininas para ser militares muitas vezes é questionada, uma vez que ocorre a perpetuação das ideias que as mulheres exercem melhor os cargos administrativos e de logística, enquanto que os homens as funções que necessitam de mais força física (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

“Temos que pensar que nos preparamos para ir para guerra. Por isso, temos que avaliar: é interessante ter a presença feminina? Ou será que não estamos querendo promover a entrada em lugares que ela pode não ser tão eficiente? Temos que pensar que o bem maior é proteger a nação. Em uma guerra você tem que mandar tropas para o combate e corre-se o risco de a atuação da mulher reduzir a eficácia da tropa. Será que é interessante correr esse risco?” (Cadete, sexo masculino, AFA)

Todavia, também é possível perceber aqueles que se mostram favoráveis a presença das mulheres em todas as áreas do meio militar.

“Sou totalmente favorável. Acho que inicialmente é interessante ela não entrar diretamente no combate. É preciso haver adaptação; e com o tempo ela vai estar apta a entrar em outras armas. A história diz isso: vimos as rangers americanas, elas entraram” (Oficial, sexo masculino, AMAN)

“Acho que qualquer área de atuação deveria ser aberta, desde que houvesse um requisito operacional mínimo. Não posso abrir para a mulher e por isso deixar de fazer uma atividade de infantaria. Com parâmetros operacionais idênticos é válido. O que não é saudável para a inserção feminina é diminuir parâmetro para favorecer inserção” (Oficial, sexo masculino, AFA)

“Eu acho que não se deve restringir [a entrada das mulheres na Infantaria]; se ela quer, ela tem que ter a chance. E ela tem que ter ciência das consequências que isso pode ocasionar; ela tem que saber que pode a impactar ou não, inclusive negativamente. O homem também pode gerar impacto negativo; ela tem que estar dentro dos requisitos. Acho que a mulher só estará engajada no militarismo quando a Força começar a ver como militar e não como mulher” (Cadete, sexo feminino, AFA)

Em relação a liderança, tem-se que:

“[A liderança] independe do sexo, tem mais a ver com a competência. Isso vai ser gradativo, o soldado vai olhar diferente para a mulher, pelo menos no começo. Com certeza a mulher combatente formada pela AMAN vai ter autoridade com a tropa”. (Cadete, sexo masculino, AMAN)

“Vai ser diferente ser chefiado por mulher, o modo de ser líder é outro. A mulher é mais sensível. O homem é criado para retrair emoções.” (Cadete, sexo masculino, AMAN)

"Não muda. Até porque, temos uma carga doutrinária que não faz diferenciação. Aqui eles moldam o líder igual, homem e mulher. A gente percebe que elas conseguem fazer tudo que a gente faz." (Cadete, sexo masculino, AFA)

"Tem homem que tem dificuldade de aceitar a liderança da mulher, com certeza. Mas isso uma hora vai acabar, é questão de tempo. É porque ainda não é tão comum uma mulher na liderança." (Oficial, sexo feminino, EN).

No que diz respeito a adaptação logística e de infraestrutura as academias militares precisaram passar por adaptações a fim de receber as mulheres. Todavia, um fato que merece destaque é em relação aos termos econômicos que essas mudanças ocasionam, tornando-se assim, um dos principais argumentos daqueles que se mostram contrários (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Mudanças também são vistas no comportamento e na relação entre os cadetes e aspirantes após a inserção feminina, muitas vezes, esse sendo um fator que prejudica a coesão interna do grupo (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

"Acaba mudando comportamento, as brincadeiras são diferentes. Com mulher, eles amadurecem mais". (Aspirante, sexo feminino, EN)

"A agressividade dos homens é balanceada com a presença da mulher. Os homens tendem a dosar sua agressividade. Em termos de estudo, o homem começa a ser mais atento. Tem um pouco do machismo, não quer fazer feio frente à mulher". (Oficial, sexo masculino, AMAN)

"Quando chegaram as primeiras meninas as turmas de cima tinham preconceito por conta dessa "perda de liberdade", já que antes se falava mais palavrão, por exemplo. Com chegada da mulher o homem ficou mais polido". (Oficial, sexo masculino, AFA)

Em relação a visão de tratamento diferenciado:

"Hoje eu já não vejo muita diferença. Antes tinha menos mulheres e a cobrança era diferente. Na primeira turma de mulheres você via que, se fossem homens, elas não passariam. Na época tinha um fator político muito grande, porque era primeira turma com mulher e não queriam que pegasse mal elas saírem. Hoje em dia não tem mais isso. Concurso é igual, etc.; hoje não tem mais diferença. Hoje já não se diz 'ah, é mulher". (Oficial, sexo masculino, AFA)

"Existem mulheres que contribuem para a visão negativa da mulher aqui dentro. Porque, como sabemos, todo ano muitas mulheres se machucam. É natural. Mas algumas se usam disso. Porque, quando se machuca, a pessoa é dispensada, e tem mulheres que se usam disso para não

fazer nada o tempo todo. Então, mesmo que sejam poucas que fazem isso, o círculo pequeno reflete para a imagem da mulher como todo". (Cadete, sexo masculino, AFA)

"Já vimos situações de tratamento diferente por sermos mulheres. Tem homem com pensamento arcaico e machista. Tem homem que não sabe lidar com profissionalismo, vamos ver isso ao longo da carreira. Já vimos gente com o pensamento: 'não vou fazer isso porque ela é mulher'. Vamos ter que lidar muito com essas situações, de atribuírem coisas para fazermos por sermos mulheres ou de não deixarem a gente fazer alguma coisa porque somos mulheres". (Cadete, sexo feminino, EN)

Por fim, tem-se a questão do fator relacionamento, gravidez e família, uma vez que eles também afetam a convivência das mulheres no meio militar. Dentro das Academias existem regras para o relacionamento entre os cadetes/ aspirantes, bem como normas de comportamento que devem ser respeitadas (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017). Diante tais questões tem-se:

"Essa questão afetiva eu não concordo, um braço de distância. Quero falar coisa mais reservada e não posso. Não posso cumprimentar um colega por abraço, não posso. Dar aperto de mão de mais de três segundos não pode". (Cadete, sexo feminino, AFA).

"Na parte baixa [que é a área do campo de futebol] o deslocamento pode ser ou sozinho ou a três. Não pode ter dois homens ou duas mulheres juntos, ou casal. Isso foi algo que mudou com a entrada delas. Gera desconforto". (Aspirante, sexo masculino, EN)

"A presença das mulheres vai, num primeiro momento, impactar a relação com colegas. Vai ser muito mais difícil. A fobia contra mulheres vai ser um impacto". (Oficial, sexo masculino, AMAN)

"Eu acho que tem desafios diferentes, mas ela tem que optar. Se ela quer vida dedicada à carreira, então ela tem que se dedicar como os homens fazem. Ela tem a questão da maternidade, que homem não tem. Se ela quer se dedicar a algo, opção dela, vida que segue". (Aspirante, sexo feminino, EN)

"Vai ter impacto na carreira e na família. Nós militares temos um dilema sempre. Buscamos caminhar os dois juntos, a família e o profissional. Se damos muito valor a um, o outro pode ficar prejudicado". (Aspirante, sexo masculino, EN)

Perante tais falas, percebe-se que a presença das mulheres no meio militar causa diferentes posicionamentos, sendo relevante notar que a "feminização" é vista de forma positiva por uns e negativa para outros.

Diante todo o cenário de abertura e inserção feminina nas ocupações militares esse fator também acabou gerando um debate entre as feministas que apoiavam a entrada das mulheres e aquelas que eram contrárias.

"As feministas liberais privilegiam as noções de igualdade e tendem a se concentrar em questões de representação das mulheres na esfera pública" (WHITWORTH, 2008, p. 105). Nos centros de tomada de decisão, principalmente na área de segurança internacional, as mulheres possuíam lugares restritos, trazendo assim, a necessidade de se debater sobre o tema e de buscar uma quebra das barreiras que eram impostas a elas. Sendo assim, este primeiro grupo de feministas era a favor do "direito de lutar", uma vez que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens, sendo estes os direitos de inserção igualitária das mulheres em todos os ambientes e instituição, sendo no campo político, econômico e até mesmo nas Forças Armadas. Para esse grupo, a entrada das mulheres em instituições como as Forças Armadas era essencial para mudar as estruturas tradicionais vigentes nas sociedades. Sendo assim, para estas feministas as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades que homens, tendo até os mesmos direitos de acesso a todos os postos de carreira militar (ZUCATTO, 2016).

As feministas que se mostravam contrárias a presença feminina no meio militar viam este fenômeno de forma negativa, uma vez que para elas, a forças armadas iam de encontro com a ética feminista, que seria a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, a integração das mulheres na carreira militar não proporciona uma equidade, já que as mulheres não alcançariam uma total igualdade com os homens dentro da instituição (ZUCATTO, 2016).

3.5. Conclusões parciais

Diante do que foi exposto percebe-se que as Forças Armadas são regidas pela ideia de disciplina e da hierarquia, esses devendo ser respeitados seguindo a lógica da identidade militar. A identidade de um indivíduo ou de um grupo passa por modificações ao longo do tempo, permitindo assim, que novas adesões possam ser feitas e incrementadas. É com base nessa ideia, de que a identidade é socialmente construída, que se busca a inserção feminina nas Forças Armadas.

A ideia da identidade militar e do *ethos* militar rege a forma como eles se veem e se tratam, fazendo assim, com que eles criem entre si um espírito de corpo e uma coesão interna. Com isso, sendo as Forças Armadas um ambiente tradicionalmente masculino, a presença das mulheres causa

um certo estranhamento no meio, fazendo-se necessário ocorrer uma mudança de visão interna para a melhor aceitação delas.

Vários discursos e mitos circundam as mulheres, essas as colocando como inferiores aos homens ou até menos capacitadas. A visão estereotipada que as perseguem são socialmente construídas, uma vez que se usam de aparatos biológicos, físicos ou psicológicos para limitar a atuação das mesmas.

É importante também destacar que a noção de "gênero" e diferente da de "sexo", todavia, ocorre uma sobreposição dos termos colocando-os como iguais. Sendo assim, o gênero feminino, por exemplo, é limitado pelo "sexo" feminino, uma vez que segundo estereótipos a mulher é tida como mais fraca do que o homem, ou seja, o "sexo" feminino representa o "sexo frágil" e com isso as mulheres acabam sendo limitadas e taxadas física e biologicamente como mais fracas. A noção que se tem é que tudo é baseado em conceitos e visões pré-estabelecidas socialmente, uma vez que se usou de argumentos biológicos para impedir que as mulheres ascenderem profissionalmente.

É seguindo essas visões com base em estereótipos que as mulheres militares encontram suas maiores limitações, uma vez que não as consideram aptas para a execução de atividades relacionadas ao combate direto, duvidam da sua capacidade de comando e as colocam como necessárias apenas para as áreas técnicas e administrativas. Com isso, vê-se que a elas são colocadas barreiras como o teto de vidro, que de tão sutil que é muitas vezes não é visto, entretanto é resistente e persistente, fazendo assim, com que a ascensão das mulheres seja limitada pela dominação tradicional de gênero vigente.

É com base também nessas ideias que se justificam aqueles contrários a presença feminina no meio militar. A ideia da "feminização" das Forças Armadas é vista de forma negativa, uma vez que elas são prejudiciais a coesão interna do grupo e são consideradas a causa do declínio do avanço militar. Ou seja, elas são vistas apenas como uma grande ilusão.

CONCLUSÃO

A visão androcêntrica, essa presente no sistema patriarcal e constituída pela simbólica dominação masculina, compõe a realidade de boa parte das sociedades ocidentais. A colocação do homem em posições elevadas e de destaque, sendo essa respaldada pela divisão sexual do trabalho se reproduz entre os Estados, nas instituições e nas normas internacionais. A colocação da figura masculina como sendo a principal representante da esfera pública, da política, dos centros de tomada de decisão e dos assuntos de segurança internacional e defesa apenas contribui para a reprodução de estereótipos. As Forças Armadas, não isolada desse contexto, acaba reproduzindo essa visão que apresenta falhas ao ceder igualdade de oportunidades para os homens e as mulheres.

Contudo, as sociedades tendem a passar por mudanças e estas causam impacto nas instituições e organizações. Conforme apresentado ao longo do trabalho, mudanças ocorreram aos longos dos anos, permitindo assim, um maior acesso feminino a vida pública, ao mercado de trabalho, as universidades, entre outros meios. Os impactos dessas mudanças foram sentidos nas Forças Armadas, ocorrendo a partir dos anos 1970 uma abertura regulamentada das mulheres nas principais Forças Armadas ocidentais.

De acordo com o que foi exposto no capítulo um, alguns fatores influenciam na maior ou menor participação feminina nas Forças Armadas dos países, sendo esses fatores analisados através das esferas militar, social e cultural.

Na esfera militar, um conjunto de questões tende a explicar a maior presença e participação feminina no meio castrense. As Forças Armadas tenderiam a sair do modelo Institucional para o Ocupacional, ou seja, deixariam de lado o seu caráter mais tradicional e passariam a adotar posturas mais condizentes com a sociedade civil. Essas mudanças foram vistas com o aumento da profissionalização do pessoal militar e com a adoção do sistema de recrutamento voluntário, por exemplo. Sendo assim, as FFAA deixariam, aos poucos, de ter um "exército em massa" e passariam a ter um contingente mais profissional, no qual se via o caminho para uma crescente racionalidade. É com essa evolução que as mulheres passaram, aos poucos, a ganhar mais espaço dentro da instituição militar.

O que também foi percebido foi uma evolução das FFAA atrás dos anos, essas saindo de um perfil mais tradicional e "moderno" para um modelo mais aberto. Foi na era da "pós-modernidade", com o advento de novas tecnologias, com a mudança no perfil da guerra e o

aumento de número de operações de manutenção da paz que a presença feminina se fez mais presente.

Saindo um pouco do campo institucional e indo em direção a prática, a participação das mulheres tende a aumentar em países nos quais a ocorrência e a presença em conflitos é menor, ou seja, países com baixas tendências de ameaça à segurança nacional, mas que apresentam um forte caráter de igualdade, pode ser visto um maior efetivo de mulheres. Elas também são chamadas para atuarem no meio militar sempre que ocorre uma baixa no número de homens disponíveis e interessados para executarem tais funções. A adoção do sistema de voluntariado pelas Forças Armadas também tem impacto positivo, uma vez que países que apresentam esse tipo de sistema o número de mulheres é maior.

É relevante mencionar que os cargos que as mulheres tendem a ocupar também diz se a sua participação será maior ou menor. Em funções não-combatentes, que não precisa atuar na linha de combate direto é maior o número de mulheres, sendo essas funções nos quadros complementares (na área administrativa, técnica e da saúde). Com isso, a participação feminina tende a cair nas ocupações de combate direto (ou no combate terreno), como na infantaria, por exemplo, uma vez que funções de combate são tradicionalmente tidas como masculina e com isso, a presença feminina poderia afetar o bom desempenho da tropa.

O aumento do advento tecnológico e uma maior especialização dos militares também são favoráveis às mulheres, uma vez que o progresso tecnológico faz com que ocorresse uma substituição da força física para a capacidade intelectual e o aumento da especialização faz com que o desempenho de cada militar seja voltado mais para suas competências técnicas e não tanto a força física.

Diante disso, percebe-se que segundo a variável militar, a participação feminina é maior em Forças Armadas no qual o país apresenta tendências mais abertas. Ou seja, quanto mais parecido com a sociedade civil mais ocorre uma aceitação feminina.

A forma como a sociedade enxerga a mulher também acaba tendo impacto na forma que elas participam nas Forças Armadas. É seguindo esse entendimento que as variáveis culturais e sociais são pautadas. A construção social de gênero, o papel da família, as funções que as mulheres ocupam na sociedade e as variáveis sócio estruturais tendem a impactar no meio militar.

Sociedade com tendências mais igualitárias que não limitam as funções sociais das mulheres apenas por elas serem mulher e que não restringe as atribuições por gênero acaba tendo

impacto no meio militar. Ou seja, quanto menos as atribuições por gênero e maior a ênfase nas diferenças individuais mais abertas serão as oportunidades e funções militares para as mulheres.

Os cargos que as mulheres ocupam também são impactados por essa visão. Quanto maior o grau de divisão sexual do trabalho no meio civil, maior será a desigualdade no meio militar e com isso, mais restritas será as ocupações femininas nas Forças Armadas. A presença de estereótipos guia esse posicionamento, uma vez que algumas funções são tidas como masculinas e outras como femininas e, com isso, nas profissões ou cargos mais masculinos a presença feminina acaba gerando certo estranhamento. É seguindo essa visão que boa parte das Forças Armadas se apoia, fazendo assim, com que as funções de combate sejam tão restritas às mulheres, enquanto que as de apoio sejam mais abertas.

A forma como a sociedade se estrutura também reflete no meio militar, uma vez que quanto maior for o número de mulheres na população ativa mais elas participam nas Forças Armadas, bem como quanto menor o número de homens interessados pelas funções militares, mais as mulheres são chamadas para fazer parte do efetivo.

A análise da estrutura familiar também é relevante, uma vez que em sociedades que as mulheres apresentam mais responsabilidades no ambiente doméstico, menor será a representação delas nas Forças Armadas, bem como quanto mais abertas forem as famílias (seguindo menos os padrões tradicionais), maiores são as oportunidades para as mulheres.

Ou seja, percebe-se que o contexto internacional, político, econômico, cultural e social tem impacto direto na participação feminina no meio militar. A cultura tende a acentuar ou diminuir o grau de igualdade entre os gêneros, fazendo assim, com que mais oportunidades sejam dadas às mulheres, bem como a forma que elas passam a ser vistas muda.

No Brasil, por exemplo, foi a partir dos anos 1980 que as mulheres passaram a fazer parte do meio militar, entretanto, diferentemente do que foi visto nos Estados Unidos ou nos países europeus, foi mais por fatores interno que as mulheres passaram a fazer parte das Forças Armadas. A abertura entre as três Forças foi desuniforme, uma vez que dependeu da forma como cada uma via a importância e a necessidade de incorporar mulheres ao seu meio. Todavia, o que se viu e o que foi padrão foi a busca de integrar a mulher a fim de se ter um melhoramento da imagem perante a sociedade civil.

O contexto de crise política e econômica deu base para o processo de inserção feminina. Todavia, os movimentos sociais também atuaram de forma importante nesse processo, uma vez

que esses movimentos deram suporte para as mudanças culturais pelas quais o país estava passando, sendo esse a busca das mulheres por condições igualitárias no mercado de trabalho, acesso às universidades e a profissão que antes eram excludentes a elas.

A forma como as mulheres brasileiras participaram nas Forças Armadas seguem padrões, sendo muitas vezes a sua atuação limitada por visões e estereótipos de cunho biológico, físico e psicológico.

Em um primeiro momento, as mulheres eram apenas destinadas os quadros complementares, esses sendo nas áreas de apoio, uma vez que condiziam com o biotipo feminino. Isso foi visto, por exemplo, na Marinha, uma vez que as mulheres foram convocadas para assumirem cargos administrativos, ou seja, as mulheres foram percebidas como “mais-valia”, uma vez que ocupavam cargos que não interessavam aos homens, deixando assim, os homens livres para as funções fim da Força.

Essas visões que limitam as mulheres acabam sendo reproduzidas nas Academias Militares, uma vez que a Infantaria acaba sendo restritas apenas aos homens. A Força Aérea é a única das Forças que permite o acesso feminino na sua arma fim (a aviação), entretanto, no Curso de Infantaria elas são proibidas. Na Marinha apenas no Corpo de Intendência elas são aceitas, tendo indícios de possíveis mudanças; todavia, no Exército, apenas no Quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência as mulheres podem fazer parte.

Percebe-se assim, que as Forças Armadas brasileiras seguem um perfil tradicional no qual a participação feminina fica restrita. O Brasil não apresenta ameaças a sua segurança nacional e o seu modelo de constrição é obrigatório para os homens, ou seja, delimita a participação feminina. As mulheres são valorizadas nas posições de apoio e nos quadros de reserva e sua liderança ou posição de combate é questionada.

Destarte, tem-se que a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é limitada pelo fator social, ou seja, os padrões de estereótipos presentes na sociedade fazem com que ocorra uma limitação a participação delas no meio militar. Mitos sobre uma aparente fraqueza física, biológica e psicológica excluem as mulheres das posições de combate e restringe sua atuação no comando, deixando apenas os quadros complementares e auxiliares totalmente livres para elas.

Sendo o Brasil constituído por uma população que segue padrões tradicionais e valores do patriarcado, a atuação feminina, tanto no meio civil quanto no militar, apresenta certas barreiras, uma vez que a cultura tende a influenciar na forma como as mulheres são vistas e tratadas

socialmente. É diante tal cenário, que o trabalho aqui presente se torna relevante, visto que busca mostrar a posição das mulheres militares, de forma que elucida as dificuldades que elas ainda enfrentam apenas pelo fato de serem mulheres, uma vez que o ser “mulher” se sobrepõe ao fato de ser “militar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. A formação militar e a incorporação feminina: as dificuldades na ocupação de novos espaços. In: Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2007. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Maria_Cec%EDlia_de_Oliveira_Ad%E3o_12-08-07.pdf>. Acesso em 09 out. 2018.

ALMEIDA, Mariza Ribas d'Ávila de. "Contexto político-institucional do processo decisório sobre a admissão da mulher militar". In: **II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)**. Niterói, 2008.

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS**.** Câmara dos Deputados; Consultoria Legislativa. Estatuto/ Maio de 2015. Disponível: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22600. Acesso em: 17 out. 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANTUNES, Claudia Sousa. Mulheres, Ethos e Forças Armadas: Análise de uma relação. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress.** Florianópolis, 2017.

BATTISTELLI, Fabrizio. As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades. Nação e Defesa, nº 88, 2º série, p. 45-70. 1999.

BAQUIM, Cristiane Aparecida. "Mulheres e Piloto: o caso das pioneiras da aviação militar brasileira". In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). São Carlos, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **LEI Nº 12.705. 8 DE AGOSTO DE 2012.** Brasília, DF, 8 ago. 2012a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm>. Acesso em:25 set. 2018

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco da Defesa Nacional (LBDF). Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Dalva Maria Mendes se torna a primeira oficial-general das Forças Armadas do Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-

seguranca/2012/11/dalva-maria-mendes-se-torna-a-primeira-oficial-general-das-forcas-armadas-do-brasil>. Acesso em 25 set. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Participação feminina cresce nas Forças Armadas. Brasília, STM, 2015. Disponível em: <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3963-participacao-feminina-cresce-nas-forcas-armadas>. Acesso em: 25 set. 2018.

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. **Nação & Defesa**, nº. 107, 2º série, primavera 2004. p. 61-88.

CARREIRAS, Helena. Gênero e Violência Armada. Anuário Janus online, pp. 128-129, 2014. Disponível em <http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.24_HelenaCarreiras_GeneroViolencia.pdf>. Acesso em 17 out. 2018

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. ***Sociologia - Problemas e Prática***. nº. 18. 1995. p. 97-128.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O Poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer; RESENDE, Erica Simone Almeida. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú, 2006.

CMAR, Comando da Marinha. Mulheres na Marinha Brasileira. Dados disponibilizados pelo Comando da Marinha por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). Julho, 2018.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES. 1953. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvDirPolMulh.html>. Acesso em 18 set. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. v. 5, n. 2, 2005. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>. Acesso em 22 set. 2018.

CREVELD, Martin Van. Military Woman are not the cure, they are the disease. 2016. Disponível em <https://fabiusmaximus.com/2017/02/16/women-in-the-israeli-military/>. Acesso em 11 out. 2018

CREVELD, Martin van. The Great illusion: Women in the Military. **Millennium: Journal of International Studies**, v 29, n. 2, pp. 429-442, 2000.

D´ARAUJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. Painel: Women in the Armed Forces I. In: Research and Education in Defense and Security Studies Chile. Chile, 2003.

DEFESANET. Mulheres estão cada vez mais presentes nas Forças Armadas Brasileiras. 2013. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/9978/Mulheres-estao-cada-vez-maispresentes-nas-Forcas-Armadas-brasileiras>. Acesso em 25 set. 2018

DORNELLES, Marcela Kubischewski. Mulheres na Infantaria: A Atuação da Mulher em Atividades Operacionais e no Quadro de Infantaria no Âmbito das Forças Armadas. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2016.

EDEN, Jude. Mulher em Combate: A Questão dos Padrões. In**:** ***Military Review***, julho-agosto, 2015

ENSINO DA MARINHA. Qual a diferença entre um Oficial e um Praça?. 2018. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=faq/qual-diferen%C3%A7a-entre-um-oficial-e-uma-pra%C3%A7a>. Acesso em 25/09/2018.

ESTEVES, Jorge Gaspar. Análise da tendência Institucional/Ocupacional dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana. ***Nação & Defesa*****,** Lisboa, nº 116, 3º - série. p. 117-139, primavera, 2007.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Armas, Quadros e Serviços. 2018. Disponível em < http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>. Acesso em 09 nov. 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Como Ingressar. 2018. Disponível em < http://www.aman.eb.mil.br/acoes-e-programas>. Acesso em 09 nov. 2018

EXÉRCITO BRASILEIRO. Militar de Carreira. 2018. Disponível em < http://www.eb.mil.br/web/ingresso/militar-de-carreira>. Acesso em 09 nov. 2018.

FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry. “The Sources of Military Change”. In: **The Sources of Military Change: Culture, politics, technology”**. United States of America, 2002 .

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Formas de Ingresso. 2018. Disponível em <http://www.fab.mil.br/ingresso>. Acesso em 09 nov. 2018

FREITAS, Gabriela Bernardes. A Mulher na Academia da Força Aérea: Uma Trajetória dos 21 anos de Formação. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2017.

GGN. A presença feminina na Força Aérea Brasileira. 2013. Disponível em <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-presenca-feminina-na-forca-aerea-brasileira>. Acesso em 25/09/2018.

GIANNINI, Renata Avelar. Promover Gênero e Consolidar a Paz: A experiência brasileira. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 9, setembro de 2014.

GIANNINI, Renata; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. “Situações Extraordinárias – a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras”. In: Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em 21 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Tecnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

HANISCH, Carol. **O Pessoal é Político**. 1969. Disponível em <https://we.riseup.net/radfem/o-pessoal-%C3%89-pol%C3%ADtico-carol-hanish+251157>. Acesso em 12 ago. 2018.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. In: **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 09-23, jan.-abr. 2015

HONORATO, Hercules Guimarães. A política de igualdade de gênero nas Forças Armadas: As primeiras aspirantes na Escola Naval. II Simpósio de Educação: Cotidiano, História e Políticas. Volta Redonda, p. 37-51, 2016.

HUDSON, Valerie M, et al. O Cerne da Questão: A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados. In: **Military Review**, p. 18-36, quarto trimestre 2017. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Quarto-Trimestre-2017-Edicao-Brasileira/O-Cerne-da-Questao/>. Acesso em 25 out. 2018.

INSTITUTO IGARAPÉ. Manual de Facilitadores Gênero e Mulheres, Paz e Segurança. Rio de Janeiro, março, 2018, 76 p. Disponível em <https://igarape.org.br/manual-formacao-de-facilitadores-genero-e-mulheres-paz-e-seguranca/> Acesso em: 09 ago. 2018.

JAQUES, Bárbara Oliveira. A constituição de uma identidade militar feminina no interior da Força Aérea Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, 57f.

KOONINGS, Kees. O "exército político" brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985. **Militares e Política**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro, pp. 07-33.

LANNES, Suellen Borges de. "A inserção da mulher no moderno Exército Brasileiro". **In: II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED).** Niterói, 2008.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

LEIRNER, Piero C. Meia-Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV/ Fapesp, 1997.

LIMA, Lana Lage da Gama; TARDIN, Elaine Borges. "A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios". In: **Revista Ágora.** Vitória. n. 22. P. 70-82. 2015. ISSN: 1980-0096

MARINHA DO BRASIL. Escola Naval. 2018. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sspm/escola-naval/en_princ>. Acesso em 09 nov. 2018

MARINHA DO BRASIL. Formas de Ingresso. 2018. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=concurso/formas-ingresso>. Acesso em 09 nov. 2018

MARINHA DO BRASIL. Quais as formas de ingresso da mulher na Marinha?. 2018. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=faq/quais-formas-de-ingresso-da-mulher-na-marinha>. Acesso em 09 nov. 2018

MATHIAS, Suzeley Kalil. "Gênero, Defesa e Paz no Cone Sul". In: **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: Editora Unesp. 2009

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília Oliveira. "Mulheres e Vida Militar". In: **Cadernos Adenaur XIV**. nº3. 2013

MELO, Hildete Pereira de. & SCHUMAHER, Schuma. Feminismo pós-1975. A segunda onda feminista no Brasil. In: ***Dicionário Mulheres do Brasil,*** Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Editor, p.229-239. 2000.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Dados disponibilizados pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). Abril, 2017.

MONTE, Izadora Xavier de. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1), pp. 59-80. janeiro-abril/2013.

MOSKOS, Charles. From Institution to Occupation - Trends in Military Organization. In: ***Armed Forces & Society***, Northwestern University, vol. 4. nº. I, November, 1977.

MOSKOS, Charles. Towards a Postmodern Military?. In: COHEN, Stuart A. (org). *Democratic societies and their armed forces*: Israel in comparative context. Londres: Editora Frank Cass Publishers, 2000. Cap. 1.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de GÊnero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006

NICHNIG, Claudia Regina. "Resistência e opressão: a segunda onda do movimento feminista no Brasil e as alterações no direito das mulheres". In: Associação Nacional de História - ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

NICOLAS, Ashley. A Experiência da Equipe Feminina de Engajamento e o Futuro das Mulheres em Combate. In: *Military Review*, julho-agosto, 2015.

ONU, Organização das Nações Unidas. **A ONU e as Mulheres.** 2018. Dissponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>. Acesso em 21 out. 2018.

PEQUIM, Declaração de. "Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher". Pequim, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RICE, Charles E. Mulheres na Infantaria: Como entender as questões de Força Física, Aspectos Econômicos e Coesão de Frações. In: *Military Review*, julho-agosto, 2015.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. A Mulher Militar e sua Integração nas Forças Armadas. RJLB, ano 3, nº3, pp. 775-804. 2017.

ROSINHA, António Palma. Para uma integração das mulheres nas Forças armadas: Discursos de género. In: Revista Militar, nº 2536, pp. 497-507, maio 2013.

SANTOS, Lauciana Rodrigues dos. A participação das mulheres nas forças armadas brasileiras: um debate contemporâneo. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Feministas. Londrina/PR, 2009, 1–14.
SARTI, Cynthia Andersen. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória". In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/ 2004.
SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago, 1998.
SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. New York, Columbia University Press, 1989.
SCHWETHER, Natália Diniz. Agora é que são elas: desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina. 2016, 180 p, Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168628>. Acesso em: 09 ago. 2018.
SCHWETHER, Natalia Diniz; PAGLIARI, Graciela de Conti. "As novas tendências militares: uma oportunidade para as mulheres?". In: ***Estudos Internacionais*.** Belo Horizonte. v.4. n.3. P. 45-58. 2017.
SILVA, Cristina Rodrigues. Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres em quartéis. In: Associação Brasileira de Antropologia: Prêmio Claude Lévi-Strauss - Modalidade B, 2006.
SILVA, Cristina Rodrigues. Masculinidade e Feminilidade nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, julho, 2007.
SEGAL, David R. Measuring The Institutional/ Occupational Change Thesis. In: ***Armed Forces & Society***, University of Maryland, vol. 12, nº. 3, primavera, 1986, pp. 351-376.
SEGAL, David R; SEGAL, Mady W. Change in Military Organization. In:A**nnual Reviews Social**, nº. 9, pp. 151-170, 1983.
SEGAL, Mady Wechsler. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro. In: ***Nação e Defesa***, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, nº 88, p.15-45, inverno 1999.
STACHOWITSCH, S. Feminism and the Current Debates on Women in Combat. In: **E-International Relations**, 19 Fevereiro 2013. Disponivel em: <http://www.e-

ir.info/2013/02/19/feminism-and-the-current-debates-on-women-in-combat/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

STAHL, Michel J.; MCNICHOLS, Charles W.; MANLEY, T. Roger. An Empirical Examination of the Moskos Institution-Occupation Model. In: ***Armed Forces & Society*,** v. 6, p. 257-269, 1980.

TADIN, Elaine Borges; BARRETO, Luís Otávio de Azevedo. Mulheres guerreiras: entre a história e a mitologia. In:**Revista Transformar**, Itaperuna - RJ, 10º edição, p. 85-102, 2017.

TADIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage da Gama. A Mulher Militar Brasileira no Século XXI: Antigos Paradigmas, Novos Desafios. In: **Revista Ágora**, Vitória, nº. 22, p. 70-82, 2015.

TAKAHASHI, Emília Emi. Homens e Mulheres em Campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. Tese (doutorado), 2002.

TAKAHASHI, Emília Emi. “Notas sobre a formação das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea”. In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). São Carlos, 2007.

VIDEIRA, Claudia Sofia da Conceição. A influência do gênero no exercício de funções da Guarda Nacional Republicana. Lisboa, julho 2015.

ZUCATTO, Giovana Esther. “Inserção feminina nas Forças Armadas: Análise teórica comparativa”. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). Florianópolis, 2016.

WOITOWICZ, Karina Jaz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 11, nº1, janeiro a junho, 2014.

WHITWORTH, Sandra. Feminist Perspective. In: WILLIAMS, Paul D. (org). *Security Studies: an introduction.* Abingdon: Routledge, 2008, cap. 08.